

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 113/2026
Data: 07/07/2026**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
SIMULAÇÃO DE JULGAMENTO DE CASO REAL OCORRIDO NO PORTO DE SANTOS É PROMOVIDA PELO GRUPO TRIBUNA	4
ANTT MANTÉM CONTRATO DA MALHA OESTE DURANTE TRANSIÇÃO PARA NOVA CONCESSÃO	5
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	6
NORDESTE GANHA PROTAGONISMO EM POLÍTICA NACIONAL DE CABO SUBMARINO	6
BE NEWS – BRASIL EXPORT	8
EDITORIAL – OS DEBATES COMERCIAIS EM WASHINGTON E O RISCO DE DESVIO DE FOCO	8
INSIGHT – GESTÃO - CANAL DE SANTOS: A ESSÊNCIA DA AUTORIDADE PORTUÁRIA PRECISA SER MANTIDA	9
POLÍTICA - DEPUTADOS QUEREM AMPLIAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL	11
NACIONAL - HUB – CURTAS - IMPASSE SOBRE FORMATO DO LEILÃO DO TECON SANTOS 10 EXPÕE DIVERGÊNCIAS	12
<i>STS10: conflito em Brasília</i>	12
<i>Decisão partiu de Lula</i>	12
<i>A reação da Antaq</i>	12
<i>Ministro diz que não há divergências</i>	13
<i>Alerta dado</i>	13
POLÍTICA – MOTTA CRIA COMISSÃO ESPECIAL SOBRE REDUÇÃO DA MAIORIDADE	13
POLÍTICA - DAMARES AGRADECE A MARINA POR APOIO	14
POLÍTICA – PL VAI OFICIALIZAR CANDIDATURA DE FLÁVIO BOLSONARO NO DIA 25	14
POLÍTICA - ZEMA É CONTRA GOLPE, MAS QUER ANISTIA	16
TRANSPORTES - RODOVIAS - FERROVIAS - ANTT HABILITA 25 CONCESSIONÁRIAS NA PRIMEIRA ETAPA DO PSI	16
TRANSPORTES - RODOVIAS – FERROVIAS - GOVERNO MARCA AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DA CONCESSÃO DA MALHA SUL	17
TRANSPORTES – PORTOS - MINISTÉRIO ANALISA RESPOSTA DA ANTAQ SOBRE CONCESSÃO DO TECON SANTOS 10	18
TRANSPORTES – HIDROVIAS - BRASIL E PARAGUAI AVANÇAM NAS NEGOCIAÇÕES SOBRE A HIDROVIA DO RIO PARAGUAI	19
TRANSPORTES – HIDROVIAS - HIDROVIAS DO BRASIL RECEBE INSCRIÇÕES PARA PROGRAMA JOVEM APRENDIZ	20
TRANSPORTES - AEROPORTOS - PROJETO DE SEGUNDO AEROPORTO EM PORTO ALEGRE ENFRENTA RESISTÊNCIA DA FRAPORT	20
TRANSPORTES - AVIAÇÃO - ANAC DISPONIBILIZA PLATAFORMA PARA RECLAMAÇÕES DE PASSAGEIROS	22
TRANSPORTES - AVIAÇÃO - LATAM REALIZA PRIMEIROS VOOS CHARTER COM USO DE COMBUSTÍVEL SUSTENTÁVEL	23
LOGÍSTICA - VLI E ETG INVESTIRÃO R\$ 26 MI EM UNIDADE DE FERTILIZANTES	23
LOGÍSTICA - CMA CGM COMPRA FEDEX SUPPLY CHAIN POR US\$ 1,4 BILHÃO	24
PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS INAUGURA CENTRO PARA PESQUISAS SOBRE O PRÉ-SAL EM MG	25
MINERAÇÃO – ABPM APOIA PNM 2050, MAS COBRA MEDIDAS PARA TIRAR PLANO DO PAPEL	26
COMÉRCIO EXTERIOR - MAIS DE 4 MIL PRODUTOS PODEM SER AFETADOS POR NOVA TARIFA DOS EUA	28
COMÉRCIO EXTERIOR - TAXAS ATRAPALHAM AMERICANOS, DIZ AMCHAM	29
SUSTENTABILIDADE – OPINIÃO - QUANDO FALTAM DADOS, SOBRA INCERTEZA NA AMAZÔNIA	30
FINANÇAS - MERCADO FINANCEIRO REDUZ PREVISÃO DA INFLAÇÃO PARA 5,30% EM 2026	31
FINANÇAS - DÓLAR É COTADO A R\$ 5,13; BOLSA RECUA	31
COMUNICAÇÃO – OPINIÃO - QUEM ESCRIVE A NARRATIVA DO SEU MERCADO?	32
JUSTIÇA - EXÉRCITO ENTREGA ARMAS DE JAIR BOLSONARO À POLÍCIA FEDERAL	34
JUSTIÇA - MAURO CID RECEBE CONVITE PARA LECIONAR	35
JUSTIÇA - RAMAGEM DESAFIA STF E DIZ QUE SUA EXTRADIÇÃO “NÃO ACONTECERÁ”	35
JUSTIÇA - PGR PEDE PARA FLÁVIO SER OUVIDO NA PF	36
JUSTIÇA - TJS TÊM DOIS DIAS PARA EXPLICAR VIOLAÇÕES SOBRE PENDURICALHOS	37
JUSTIÇA - FACHIN REJEITA RECURSO DA ALEP	38
INTERNACIONAL - BRASIL DEVE ENVIAR CIRURGIÕES PLÁSTICOS PARA A VENEZUELA	39
INTERNACIONAL - SÁNCHEZ RECONHECE VITÓRIA DE FUJIMORI	40
INTERNACIONAL - RUTTE COBRA PLANOS DE MEMBROS DA OTAN PARA GASTO COM DEFESA	40
INTERNACIONAL - TRUMP VOLTA A ATACAR GEORGIA MELONI	41
JORNAL O GLOBO – RJ	42
EM AUDIÊNCIA NOS EUA, FLÁVIO BOLSONARO AGORA DEFENDE PIX DIANTE DE AMEAÇA DE NOVAS TARIFAS SOBRE O BRASIL	42
EFEITO DO TARIFAÇO: FATIA DOS EUA NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS TOMBA A MENOR PATAMAR HISTÓRICO NO 1º SEMESTRE	43
TRÊS DIAS DE DEPOIMENTOS, 60 PAÍSES ENVOLVIDOS: COMO SERÁ A AUDIÊNCIA DO TARIFAÇO DE TRUMP	45



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 113/2026
Página 3 de 56
Data: 07/07/2026
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

NITERÓI VOLTA AO MAPA DA INDÚSTRIA NAVAL COM CONSTRUÇÃO DE QUATRO NAVIOS E ATÉ 1.500 EMPREGOS	47
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	48
SETOR ELÉTRICO DEVE LIDERAR OFERTAS DE AÇÕES NO SEGUNDO SEMESTRE	49
PARTICIPAÇÃO DOS EUA NO COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL ATINGE MENOR NÍVEL HISTÓRICO	50
DÉFICIT COMERCIAL DOS EUA AUMENTA EM MAIO DEVIDO A IMPORTAÇÕES RECORDES	50
SETOR ELÉTRICO DEVE LIDERAR OFERTAS DE AÇÕES NO SEGUNDO SEMESTRE	51
PETROLEIRO É ATINGIDO POR PROJÉTIL NÃO IDENTIFICADO NO ESTREITO DE ORMUZ	52
VALOR ECONÔMICO (SP)	53
BALANÇA COMERCIAL DOS ESTADOS UNIDOS TEM DÉFICIT DE US\$ 77,6 BILHÕES EM MAIO	53
PETRÓLEO AMPLIA VALORIZAÇÃO E SOBE 2% EM MEIO A ATAQUES A EMBARCAÇÕES NO ESTREITO DE ORMUZ	54
NAVIOS DO CATAR E DA ARÁBIA SAUDITA SOFREM DANOS APÓS SEREM ATINGIDOS PERTO DE ORMUZ.....	54
VAST INFRAESTRUTURA E PETROBRAS FIRMAM NOVO CONTRATO NO PORTO DO AÇU	55
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	56
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	56



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

SIMULAÇÃO DE JULGAMENTO DE CASO REAL OCORRIDO NO PORTO DE SANTOS É PROMOVIDA PELO GRUPO TRIBUNA

Summit Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro reunirá especialistas para debater incidente com navio que ficou à deriva em 2012

Por Bárbara Farias 7 de julho de 2026



Especialistas analisarão incidente com navio Yusho Regulus, que ficou à deriva no Porto em 2012 (Bruno Miani/Arquivo)

O Grupo Tribuna promoverá, no próximo dia 21, o Summit Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro com uma experiência inédita: simular o julgamento de um caso real ocorrido no Porto de Santos. O encontro será realizado no auditório do grupo (Rua João Pessoa, 350, Paquetá) a partir das 13h30. As inscrições podem ser feitas pelo link.

Especialistas analisarão o incidente com o navio Yusho Regulus, que ficou à deriva no canal aquaviário na madrugada de 15 de setembro de 2012, quando as cordas que o amarravam arrebentaram após a forte ondulação no mar provocada pela saída de outra embarcação. Houve avarias em um equipamento que estava no porão do navio, mas ninguém ficou ferido.

Haverá a apresentação do caso, a composição da mesa arbitral, as sustentações jurídicas e os debates técnicos. Ao final, todos poderão participar da decisão, emitindo um veredito.

Para o advogado Thiago Miller, um dos participantes do evento, a iniciativa aproxima o público da prática jurídica e torna o aprendizado muito mais efetivo. “Essa ideia é sensacional. O Direito é muito teórico, há muitas discussões conceituais. Quando você apresenta um caso que realmente aconteceu e pode debatê-lo ao vivo, com os principais argumentos diante do público, quem ganha é justamente quem participa”, afirma.

Segundo Miller, no caso concreto, houve impacto direto nas operações: terminais ficaram parados e atividades interrompidas. “Isso permite que as pessoas compreendam melhor como a legislação funciona na prática”, destaca o especialista.

O advogado acredita que utilizar um caso real facilita a compreensão de temas complexos. “É um campo restrito, um nicho especializado, mas que desperta interesse. Um caso real ajuda as pessoas a entenderem a mecânica da legislação e os principais debates jurídicos, como a definição de responsabilidades e a reparação dos danos”, observou.

Aplicação do Direito

A advogada Cristina Wadner, outra especialista no tema, salientou que a proposta é oportuna ao permitir que os participantes acompanhem, na prática, a aplicação integrada de diferentes ramos do Direito em um caso real ocorrido no Porto de Santos. “A simulação de julgamento é uma ferramenta pedagógica poderosa porque rompe com a fragmentação que costuma marcar o estudo do Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro”.

Para ela, ao reproduzir um caso real, o participante deixa de analisar institutos isolados, como responsabilidade do transportador, regimes aduaneiros especiais ou questões portuárias regulatórias.

“Passa a enxergá-los articulados dentro de uma disputa concreta, com todas as suas camadas técnicas, comerciais e processuais interagindo ao mesmo tempo”.

Cristina explicou que esse exercício aproxima o participante da complexidade real da prática, que raramente se resolve com o domínio de uma única área, mas “com a capacidade de integrar normas de direito marítimo internacional, legislação aduaneira, regulação portuária e estratégia processual em uma só análise”.

Para a advogada, o formato inédito desenvolvido pelo Grupo Tribuna contribui para aproximar a comunidade jurídica da realidade vivida pelo setor marítimo-portuário.

Programação

13h30 — Credenciamento

14h — Abertura, apresentação do caso e início da sessão do julgamento simulado. Participantes: Cristina Wadner, advogada; Eliane Octaviano, advogada; Frederico Messias, juiz do Núcleo de Direito Marítimo do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP); Rafael Ferreira, advogado; Thiago Miller, advogado; Marcel Stivalleti, advogado; Gabriel Leite, advogado; Diogo Nolasco, advogado; e Lucca Cortez, advogado. Apresentação: Maxwell Rodrigues, consultor para assuntos portuários do Grupo Tribuna.

17h30 — Coffee de encerramento.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 07/07/2026

ANTT MANTÉM CONTRATO DA MALHA OESTE DURANTE TRANSIÇÃO PARA NOVA CONCESSÃO

Aditivo garante continuidade da operação ferroviária e preservação da infraestrutura até definição do futuro da malha

Da ATribuna.com.br 7 de julho de 2026 às 06:44



Malha Oeste liga Mairinque, em São Paulo, a Corumbá, no Mato Grosso do Sul, na fronteira com a Bolívia (ANTT/Divulgação)

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) formalizou o 5º Termo Aditivo ao contrato de concessão da Malha Oeste. Segundo a ANTT, a medida garante que a operação da ferrovia permaneça sob responsabilidade contratual, “preservando a infraestrutura, as condições de segurança e o interesse público durante o período de transição até a definição de uma solução definitiva para a concessão”.

Com 1.625 quilômetros de extensão, a Malha Oeste liga Mairinque (SP) a Corumbá (MS), na fronteira com a Bolívia, formando um importante corredor logístico para o transporte de cargas do Centro-Oeste. A ferrovia se conecta à Malha Paulista, que dá acesso ao Porto de Santos, principal complexo portuário do País, sendo estratégica para o escoamento da produção agrícola, mineral e de outras cargas destinadas à exportação.

Segundo a ANTT, o aditivo evita qualquer descontinuidade na administração da ferrovia e mantém a responsabilidade pela gestão e preservação dos ativos ferroviários durante o período transitório. A Agência destaca que a medida proporciona segurança jurídica, estabilidade regulatória e continuidade institucional, consideradas fundamentais para a adequada gestão de uma infraestrutura estratégica para o Brasil.

A autarquia ressalta que as discussões sobre o futuro da Malha Oeste vêm sendo conduzidas há vários anos, com análises técnicas, jurídicas, operacionais e econômicas voltadas à construção de uma solução consistente para a ferrovia.

Nesse contexto, a prorrogação temporária da vigência contratual garante a manutenção das responsabilidades sobre a malha enquanto são concluídas as avaliações e os procedimentos necessários para a definição do modelo definitivo.

Paralelamente, o Poder Público avança na modelagem de uma nova concessão para a Malha Oeste, processo que segue em análise nas instâncias competentes e deverá observar todos os ritos legais e regulatórios.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 07/07/2026



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

NORDESTE GANHA PROTAGONISMO EM POLÍTICA NACIONAL DE CABO SUBMARINO

Ministério das Comunicações quer acelerar infraestrutura digital e fortalecer cidades como Fortaleza, Recife, Natal e Salvador com cabo submarino

Por Mariana Araújo



Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju e Salvador são as capitais devem ser atendidas com cabo submarino – Foto: Ministério das Telecomunicações/Divulgação

O Governo Federal pretende lançar ainda este ano uma Política Nacional de Cabos Submarinos com o objetivo de destravar investimentos em infraestrutura digital, ampliar a conectividade e consolidar o Brasil como uma rota estratégica para o tráfego internacional de dados. A iniciativa, conduzida pelo Ministério das Comunicações (MCom), tem

como uma de suas principais apostas a criação de um cabo submarino costeiro ligando o Oiapoque, no Amapá, ao Chuí, no Rio Grande do Sul, passando por capitais nordestinas como Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju e Salvador.

A proposta reforça o papel do Nordeste como um dos principais territórios brasileiros para a expansão da economia digital e da infraestrutura necessária para suportar a crescente demanda por processamento e circulação de dados. As informações foram detalhadas pelo secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Hermano Tercius, em entrevista concedida ao portal Tele.Síntese.

Segundo ele, a proposta já está tecnicamente estruturada e deverá ser formalizada por meio de uma portaria ministerial, contemplando incentivos para viabilizar novos investimentos privados e mecanismos para simplificar o licenciamento da infraestrutura. “O primeiro objetivo é facilitar o licenciamento, criando balcões únicos federal, estadual e municipal. O segundo é viabilizar esse cabo costeiro ligando as principais capitais costeiras do Brasil”, afirmou o secretário.

Nordeste no centro da estratégia digital

A iniciativa ganha relevância especial para o Nordeste, região que concentra alguns dos principais ativos da economia digital brasileira. Fortaleza já é reconhecida como um dos maiores hubs de cabos



submarinos da América Latina, reunindo conexões internacionais que ligam o Brasil à Europa, América do Norte e África. Agora, a intenção do governo é ampliar essa vocação para outras capitais da região, fortalecendo um corredor digital ao longo do litoral nordestino.

Segundo Hermano Tercius, o projeto prevê a construção de um cabo submarino costeiro que conectará as principais cidades litorâneas do país. A estrutura deverá ser dividida em quatro trechos: Oiapoque-Fortaleza, Fortaleza-Salvador, Salvador-São Paulo e São Paulo-Chuí. A estratégia é analisar individualmente a viabilidade econômica de cada segmento, identificando aqueles que podem ser executados pela iniciativa privada e os que eventualmente demandarão algum tipo de incentivo público.

“O trecho Fortaleza-Salvador é muito demandado. Temos capitais importantes como Recife, Natal, João Pessoa, Maceió, Aracaju e Salvador. Existe uma combinação de demanda por dados e disponibilidade de energia que pode tornar esses projetos altamente atrativos”, explicou.

Recife, Fortaleza e Salvador entre os polos beneficiados

O corredor Nordeste aparece como uma das áreas mais promissoras do projeto. Além de Fortaleza, que já concentra boa parte dos cabos internacionais que chegam ao Brasil, cidades como Recife e Salvador surgem como candidatas naturais para receber novos investimentos em infraestrutura digital.

O secretário destacou que a presença de grandes centros urbanos, associada ao crescimento da economia digital e à oferta de energia, cria condições favoráveis para o desenvolvimento de novos empreendimentos tecnológicos.

A política nacional de cabos submarinos está diretamente associada à expansão do mercado global de dados. O avanço da inteligência artificial, da computação em nuvem e dos serviços digitais tem provocado uma corrida por infraestrutura capaz de suportar volumes cada vez maiores de tráfego.

Nesse cenário, o Nordeste reúne características consideradas estratégicas. Além da crescente produção de energia renovável, a região possui localização privilegiada para conexões internacionais e disponibilidade de áreas para instalação de grandes empreendimentos tecnológicos.

“O data center precisa de uma forma de escoar seus dados. O cabo submarino é estratégico para isso”, destacou Hermano.

Governo aposta em parceria com iniciativa privada

Para viabilizar o projeto, o Ministério das Comunicações trabalha com diferentes modelos de implementação. A prioridade é estimular a participação do setor privado, reduzindo ao máximo a necessidade de aportes públicos.

Segundo o secretário, empresas de telecomunicações, operadoras de infraestrutura, provedores de nuvem, plataformas digitais e agentes financeiros já participam das discussões promovidas pelo governo.

Entre os parceiros envolvidos estão instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial e o BNDES, que poderão contribuir com financiamento para projetos considerados economicamente sustentáveis.

Viabilidade econômica do cabo submarino

Um dos primeiros passos será a realização de estudos técnicos mais aprofundados sobre demanda e custos. Atualmente, segundo o ministério, as estimativas apresentam margens de erro elevadas, o que dificulta a tomada de decisões e a obtenção de financiamentos.

A proposta é utilizar recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para custear esses levantamentos e disponibilizar os resultados ao mercado. Dessa forma, o governo espera reduzir riscos para investidores interessados na construção da infraestrutura. “O que queremos

é gastar o mínimo possível de recursos públicos. Há trechos que já possuem demanda suficiente para se sustentar economicamente”, afirmou o secretário.

Outro ponto central da política é a defesa de um modelo de infraestrutura aberta. A intenção é evitar que novos cabos sejam utilizados exclusivamente por uma única operadora, como ocorreu em algumas iniciativas do passado.

Segundo Hermano, qualquer projeto que receba incentivos públicos deverá prever compartilhamento de capacidade, permitindo que diferentes empresas utilizem a infraestrutura e ampliem a oferta de serviços para a população. A medida também é vista como um instrumento para aumentar a concorrência e reduzir custos de conectividade ao longo do tempo.

Política deve ser lançada ainda este ano

A expectativa do Ministério das Comunicações é publicar a Política Nacional de Cabos Submarinos até o fim do ano. Paralelamente, avançam as discussões sobre financiamento, regulamentação e os estudos de demanda que servirão de base para a implementação dos projetos.

O governo avalia que alguns trechos poderão ser executados integralmente pela iniciativa privada, enquanto outros poderão exigir mecanismos como leilões reversos ou, em último caso, investimentos públicos diretos.

Inclusão digital também avança com o PNID

Enquanto estrutura a política de cabos submarinos, o Ministério das Comunicações também finaliza o Programa Nacional de Inclusão Digital (PNID), iniciativa construída com a participação de 18 ministérios e cerca de 40 entidades da sociedade civil, academia e setor produtivo.

O programa resultará em um plano com metas e indicadores para os próximos cinco anos e diretrizes para uma década, buscando ampliar a conectividade e o letramento digital em todo o país.

De acordo com Hermano Tercius, o relatório final do PNID está em fase de ajustes junto à Casa Civil e deverá ser divulgado entre o fim de junho e o início de julho. O documento reúne um diagnóstico aprofundado da conectividade brasileira, elaborado a partir de dados do IBGE, TIC Domicílios, NIC.br e Anatel, além de indicar fontes de financiamento e projetos prioritários para ampliar o acesso à internet.

“O Brasil tem muitos diagnósticos e pouca ação. O que buscamos foi construir um plano com metas claras, indicadores e projetos concretos para enfrentar os desafios da inclusão digital”, concluiu o secretário

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 07/07/2026



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – OS DEBATES COMERCIAIS EM WASHINGTON E O RISCO DE DESVIO DE FOCO

Da Redação redacao@portalbenews.com.br

As audiências públicas que acontecem esta semana em Washington, nos Estados Unidos, sobre as propostas de novas tarifas contra o Brasil, são provavelmente o momento de maior tensão para o comércio exterior brasileiro nas últimas semanas. O que o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) decidir até o próximo dia 15 determinará se 4.187 produtos brasileiros, o equivalente a US\$ 14,9 bilhões em exportações, enfrentarão uma carga tarifária acumulada de 37,5%, tornando-os não competitivos no mercado americano e forçando um ajuste brusco em cadeias produtivas de ambos os países. Nesse contexto, qualquer brasileiro que estiver em

Washington esta semana deveria ter uma única preocupação: o interesse econômico do País. Quem foi com outra agenda, política, eleitoral, pessoal, comprometeu algo que não era seu para comprometer.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) fez o que devia ser feito. Enviou o ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) Roberto Azevêdo para representá-la na audiência dessa terça-feira, com o argumento correto: a tarifa adicional de 25% não se justifica jurídica, econômica nem estrategicamente, e prejudica empresas dos dois países. Dos 80 inscritos para falar nas audiências, 66 devem se posicionar contra as medidas, maioria que inclui empresas americanas que dependem de insumos brasileiros para suas próprias cadeias produtivas. Esse é o argumento mais eficaz disponível no processo do USTR: não a defesa do Brasil contra os Estados Unidos, mas a demonstração de que a tarifa prejudica a indústria americana tanto quanto a brasileira. Sessenta e dois por cento dos produtos potencialmente afetados são bens intermediários, insumos que alimentam linhas de produção nos Estados Unidos. Encarecer esses insumos é encarecer o produto final americano.

É nesse cenário de negociação técnica e diplomaticamente delicada que a participação do influenciador Paulo Figueiredo, aliado de pré-candidato brasileiro, com argumentos depositados no USTR defendendo que o tarifaço favorece o presidente Lula eleitoralmente, se transforma de episódio menor em problema real. Não porque a manifestação individual de um cidadão em audiência pública seja ilegal ou sem precedente. Mas porque o USTR não é um fórum de debate político doméstico brasileiro: é o órgão que decidirá se as exportações do País serão ou não taxadas com tarifas punitivas. Introduzir nesse processo argumentos eleitorais internos, sugerindo que a pressão americana beneficia uma candidatura, é, objetivamente, trabalhar contra os interesses comerciais do Brasil, independentemente do campo ideológico de quem o faz.

O BE News defende que o Governo Federal e o setor privado brasileiro precisam entrar, nas próximas semanas, em modo de unidade que raramente conseguem sustentar em condições normais. O prazo é curtíssimo: 15 de julho. As negociações técnicas com o USTR estão em curso, mas a janela se fecha em dias. Nesse intervalo, cada declaração pública de um representante brasileiro que contradiga a posição negociadora do País, cada argumento depositado no processo que desvie o foco da substância econômica para o jogo político eleitoral, cada sinal de divisão interna enfraquece a posição do Brasil numa negociação em que a outra parte, o governo americano, já tem todas as vantagens estruturais de quem ameaça com tarifas.

Roberto Azevêdo foi a Washington defender o Brasil com competência técnica e credencial institucional reconhecidas globalmente. Que o Governo, o setor privado e quem quer que se apresente como representante de interesses brasileiros nos próximos dias façam o mesmo: deixem a política eleitoral para o território onde ela pertence e usem cada minuto que resta antes do prazo para o único argumento que importa neste momento. O tarifaço prejudica os dois países. E o Brasil tem provas disso.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 07/07/2026

INSIGHT – GESTÃO - CANAL DE SANTOS: A ESSÊNCIA DA AUTORIDADE PORTUÁRIA PRECISA SER MANTIDA



FERNANDO BIRAL

Sócio sênior da Mapa Capital
Ex-presidente da Santos Port Authority (2020-2023)

opinioao@portalbenews.com.br

Lendo o artigo do caríssimo Frederico Bussinger, Conceder ou não o canal do Porto de Santos? Eis a questão!, não há como não entrar no debate. São muitas as provocações relevantes, e começo por uma bem instigante: “existe algum aeroporto com pista de pouso concessionada à parte?” A resposta curta é não. Não há benchmark aeroportuário nesse sentido. Mas além dessa resposta simplista, há



uma discussão muito mais relevante, que envolve aspectos de segurança nacional e transparência na gestão do tráfego marítimo.

Vale também lembrar, para quem não acompanha a discussão, que estão construindo um benchmark portuário no sentido oposto: Paranaguá (PR) foi o primeiro canal concedido, e Santos (SP), Itajaí (SC) e Rio Grande (RS) devem vir na sequência. A consulta pública da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) sobre o canal de Santos está aberta, com concessão de 25 anos e metas de aprofundamento para 16 metros em três anos e 17 em seis. Ou seja: o debate incensado por Bussinger é mais crítico do que nunca.

A Autoridade Portuária (AP) tem três atribuições diretamente ligadas ao interesse público: (i) o papel de Landlord, que pode incluir o desenvolvimento de novas áreas, quando a poligonal permite, (ii) a gestão do canal de navegação e (iii) a função de planejadora e integradora da infraestrutura de acesso.

Como gestora do canal, a AP responde não só por dragagem, sinalização e ordenamento do tráfego, mas é também uma engrenagem fundamental na geração de dois fluxos de informações. O primeiro é o das atividades mercantis na fronteira aduaneira, que hoje trafega pelo Porto sem Papel e pela integração com a Receita Federal. Esse é o fluxo aduaneiro e tributário. O segundo é o do monitoramento do tráfego e de embarcações suspeitas, no âmbito do VTS/VTMIS (siglas em inglês de Sistema de Tráfego de Embarcações e Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações). Esse é o fluxo de segurança da navegação. Por isso, essa atribuição, dentre as três citadas acima, é a mais crítica em termos de interação com os poderes públicos.

Essa distinção é decisiva para a pergunta sobre a concessão. No Brasil, a autoridade competente sobre o VTS/VTMIS é a Marinha, como Autoridade Marítima, que normatiza e homologa o serviço. Quem opera o sistema VTMIS, seja a AP pública ou a AP concedida, o faz sob homologação e fiscalização da Marinha. Ou seja, a soberania sobre a segurança da navegação não está na AP; está no Estado, e ali permanece, independentemente de quem opere a camada de dados. O mesmo raciocínio vale para o fluxo aduaneiro, cuja competência é da Receita Federal.

A pergunta “um ente privado pode fazer parte de um arranjo de caráter público?” tem resposta clara: pode operar a camada de coleta, checagem e disponibilização de dados, desde que jamais execute as ações que pertencem à Receita Federal, à Polícia Federal, ao Ibama, ao Ministério da Agricultura, ao Ministério do Meio Ambiente, à Antaq e aos demais órgãos. A Autoridade Portuária, pública ou concedida, como a VPorts, ou mesmo um TUP (Terminal de Uso Público), presta serviço a esses órgãos e deve ser cobrada, implacavelmente, pela integridade e pela confidencialidade dos dados, com penalidades à altura em caso de descumprimento. E há muito espaço, nesse arranjo, para ferramentas melhores: coletar mais dados, cruzá-los com inteligência artificial e disponibilizá-los, de forma auditável, a quem de direito tem competência para agir.

E se a função mais sensível de uma Autoridade Portuária pode ser operada por um privado, sob soberania estatal, voltamos à provocação inicial: por que não conceder a Autoridade Portuária inteira, como no modelo aeroportuário? Por que não dar sequência ao benchmark já existente e nacional, que é a VPorts (exCodesa, privatizada em 2022, administradora dos portos capixabas sob um contrato de 35 anos)?

Alguns dirão que o problema da concessão integral da AP não é o canal, mas a possibilidade de elevação dos valores dos arrendamentos (discussão ocorrida entre 2020-2022). Isso, porém, é outro debate, e convido à leitura do artigo de Marcelo D’Antona, no LinkedIn, que propõe precificar o aluguel do arrendamento pelo valor de reposição do ativo, seguindo o conceito de RAB (Regulatory Asset Base) utilizando nos setores de energia e saneamento, e usar leilões para capturar o excedente gerado pela melhor localização e pela escassez de terrenos. Nesse contexto, a maior preocupação do Poder Público, nas figuras do Ministério de Portos e Aeroportos e da Antaq, deveria ser combater a escassez, para que os ágios dos leilões e, consequentemente, os custos portuários, caiam. Conceder a AP com a obrigação de desenvolver áreas e atacar a escassez de terminais deveria ser um dos grandes objetivos desse processo.

Concluindo: precisamos de modelos regulatórios que preservem a essência da Autoridade Portuária e que derrubem os custos portuários, ao invés de conceder o canal de Santos no meio de incertezas. Uma concessão dessa magnitude não exige uma matriz de riscos qualquer, mas uma calibrada para o que Santos tem de específico: não se trata de manter um calado, e sim de aprofundá-lo de 15 para 17 metros. O modelo de Paranaguá já traz instrumentos modernos, como o Plano e Comitê de Dragagem, indicadores de qualidade e um procedimento de partilha para o assoreamento acima do esperado. O problema é que “o esperado” é justamente o que não se conhece num canal recém-aprofundado, com as questões específicas de Santos, cuja dinâmica de sedimentação pode se comportar de forma inédita. É aí que os pedidos de reequilíbrio vão se concentrar — a favor ou contra o concessionário —, e por isso a alocação do risco geotécnico e os mecanismos de solução de disputa precisam ser desenhados com rigor incomum. Some-se a isso que a Tarifa I de Infraestrutura hoje supera com folga os custos de manutenção do canal raso; transferi-la por 25 anos, mal precificada, ou trava uma renda pública que poderia derrubar o custo Brasil, ou evapora quando o custo do canal aprofundado se revelar. Conceder não pode significar a transferência de incertezas: exige que essas incertezas estejam nomeadas, repartidas e com gatilhos objetivos, antes da assinatura. No modelo discutido na concessão integral da AP de Santos, no passado, o modelo previa redução significativa de tarifas (cerca de 30%), diminuindo o espaço para ganhos extraordinários, com potenciais gatilhos para reequilibrar o contrato, de forma que o retorno do concessionário ficasse próximo ao WACC (sigla em inglês de Custo Médio Ponderado de Capita) regulatório.

A pergunta, portanto, não é “canal sim ou não”, mas qual modelo é o mais eficiente para fazer o custo portuário do Brasil cair de forma abrangente, incorporando não só os custos de dragagem, mas também os custos de escassez que temos (STS-10 é a prova disso).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

POLÍTICA - DEPUTADOS QUEREM AMPLIAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL

Evento com a presença de representantes do setor produtivo debateu a necessidade de aumentar limites de faturamento

Do Estadão Conteúdo



O seminário na FecomercioSP contou com a coordenação da deputada federal Adriana Ventura (Novo/SP)

Parlamentares e representantes do setor produtivo defenderam a atualização dos limites de faturamento do Microempreendedor Individual (MEI), das Microempresas (ME) e das Empresas de Pequeno Porte (EPP) optantes pelo Simples Nacional, em evento realizado na sede da FecomercioSP.

A proposta consta do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 108/2021, que está em tramitação no Congresso Nacional e deve ser votado antes do recesso parlamentar.

O seminário contou com a coordenação da deputada federal Adriana Ventura (Novo/SP), além de contribuições da deputada federal Any Ortiz (PP/RS), presidente da Comissão Especial sobre o novo enquadramento do Microempreendedor individual, e do deputado federal Jorge Goetten (Republicanos/SC), relator do PLP.

A proposta tem o objetivo de corrigir uma defasagem acumulada desde 2018, que “compromete a formalização, o crescimento dos pequenos negócios, a geração de empregos e a competitividade das empresas brasileiras”, segundo a FecomercioSP.



“Quando os parâmetros ficam defasados, a consequência aparece rapidamente. As empresas passam a recolher mais tributos, assumem novas obrigações e enfrentam um ambiente tributário mais complexo, embora continuem operando com a mesma estrutura e os mesmos desafios de antes”, observou o presidente da FecomercioSP, Ivo DallAcqua Junior.

O setor produtivo também considera que trata-se de uma medida de justiça tributária, em um ambiente de aprovação da reforma tributária e avanço de pautas que podem elevar os custos operacionais das empresas, como o fim da escala 6x1.

ME e EPP

A FecomercioSP e demais entidades também reforçaram a necessidade de ampliar os limites de faturamento não apenas para o MEI, como também para as ME e EPP. Para a federação, a atualização exclusiva do MEI criaria distorções dentro do regime, dificultando o crescimento das empresas e antecipando a migração para regimes tributários mais complexos e onerosos.

Em discurso, o presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon-SP), Antonio Carlos Santos, chamou atenção para a arrecadação federal de maio - de R\$ 266,793 bilhões, a maior para o mês desde o início da série histórica.

“Grande parte desse aumento decorre do confisco imposto aos micros e pequenos empresários, que não tiveram a reposição inflacionária correspondente aos dez anos de inflação acumulada em seus limites de faturamento e que, por isso, estão pagando mais imposto do que deveriam”, disse ele, sob aplausos da plateia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS - IMPASSE SOBRE FORMATO DO LEILÃO DO TECON SANTOS 10 EXPÕE DIVERGÊNCIAS

Por Leopoldo Figueiredo leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

Suspensão do processo pela Antaq provoca divergências entre Casa Civil e Ministério de Portos sobre o modelo da licitação

STS10: CONFLITO EM BRASÍLIA

O impasse sobre o formato do leilão do Tecon Santos 10 (STS10), megaterminal de contêineres a ser implantado no Porto de Santos (SP), abriu uma frente de conflito interno no Governo Lula. Assessores do Palácio do Planalto afirmam que a nova suspensão do processo pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), decidida na semana passada, aprofundou o desgaste com o secretário nacional de Portos e Aeroportos, Alex Sandro de Ávila.

DECISÃO PARTIU DE LULA

Na Casa Civil, a informação é de que a determinação para que o leilão adote modelo totalmente aberto, permitindo a participação de empresas estrangeiras e de operadores já estabelecidos no Porto desde a primeira fase, partiu diretamente do presidente Lula, após reuniões com investidores internacionais. A orientação é que o Ministério de Portos e Aeroportos adeque a modelagem à decisão presidencial. Lula reforçou o entendimento na última reunião ministerial, ao afirmar que decisões estratégicas devem ser alinhadas com a Casa Civil, comandada pela ministra Miriam Belchior.

A REAÇÃO DA ANTAQ

O impasse se arrasta desde 6 de maio, quando a Casa Civil determinou a revisão do modelo original da Antaq, que previa licitação em duas fases, com restrição à participação de incumbentes na primeira etapa. Na semana passada, a agência manteve sua posição técnica, defendendo o desenho original já aprovado pelo Tribunal de Contas da União, e pediu que o governo defina, de forma conclusiva, o modelo a ser adotado.

MINISTRO DIZ QUE NÃO HÁ DIVERGÊNCIAS

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, negou divergências internas. “O Ministério segue em total alinhamento com a Casa Civil, reforçando que a posição do Governo é única: realizar o leilão com total transparência para que a melhor proposta seja aplicada ao Tecon Santos 10”, afirmou.

ALERTA DADO

Ainda em Brasília, nessa segunda-feira, o ministro Tomé Franca recebeu o diretor-executivo do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), Ricardo Molitzas, que apresentou a Franca e seus principais assessores o resultado do estudo Santos 10+. A pesquisa analisou os impactos nas operações do Porto de Santos do aumento de sua movimentação até 2035. De acordo com o levantamento, obras como a nova pista da Rodovia dos Imigrantes, o Túnel Santos-Guarujá e o aprofundamento do canal do Porto para 17 metros, todas previstas para serem iniciadas e concluídas nesse período, não serão suficientes para evitar a ocorrência de congestionamentos nos acessos e no interior do complexo marítimo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

POLÍTICA – MOTTA CRIA COMISSÃO ESPECIAL SOBRE REDUÇÃO DA MAIORIDADE

Presidente da Câmara dos Deputados disse que quer avançar no debate dessa e de outras pautas

Do Estadão Conteúdo



Motta também criou comissões para debater o regime tributário de recicláveis, a contratação de menores em prefeituras e a preservação do Rio São Francisco

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou na rede social X, nesta segunda-feira, 6, a criação de quatro comissões especiais, uma delas sobre a redução da maioridade penal no Brasil, que tramita em formato de proposta de emenda à

Constituição (PEC).

As comissões especiais são um conjunto de deputados, com presidente e relator, instaladas para apreciar um projeto antes da votação no plenário. A duração dos colegiados é de caráter temporário.

Motta também disse ter determinado a criação de comissões sobre a PEC do regime tributário para a cadeia de recicláveis, o projeto sobre a contratação de menores aprendizes por prefeituras municipais e a preservação e desenvolvimento sustentável da bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

“Estamos avançando no debate destas pautas para entregar os melhores projetos ao País”, escreveu o presidente da Câmara.

Na semana passada, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria fundos constitucionais para o Sul e o Sudeste. A proposta ainda amplia, em um ponto percentual (p.p.), os recursos repassados, pela União, ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A PEC 231 de 2019 ainda precisa ser aprovada no plenário da Câmara e depois deve ser analisada no Senado. Relatada pelo deputado Arnaldo Jardim (Cidadania- -SP), ela permite que produtores e municípios do Sul e Sudeste usem recursos dos fundos criados para acessar linhas de crédito com juros menores para projetos produtivos e de infraestrutura.

“A criação dos Fundos Constitucionais de financiamento para as Regiões Sul e Sudeste representa um passo necessário para a consolidação de uma política de desenvolvimento regional



verdadeiramente isonômica e alinhada ao princípio constitucional da redução das desigualdades”, escreveu o relator da PEC.

O relator Arnaldo Jardim estima que a criação dos dois fundos, mais o aumento dos repasses ao FPM, terá um impacto financeiro de R\$ 49,67 bilhões em dois anos, sendo R\$ 16,0 bilhões, em 2027, e 33,6 bilhões, em 2028. O Ministério da Fazenda não se manifestou publicamente sobre essa PEC.

Atualmente, o Artigo 159 da Constituição prevê recursos para fundos regionais do Norte, Centro Oeste e Nordeste, criados como mecanismos para reduzir as desigualdades regionais do Brasil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

POLÍTICA - DAMARES AGRADECE A MARINA POR APOIO

Após sofrer ataques misóginos de aliados de Flávio, senadora foi defendida pela deputada **Do Estadão Conteúdo**

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) agradeceu à deputada federal Marina Silva (Rede-SP), ex-ministra do Meio Ambiente, pela manifestação pública de apoio após relatar ter sofrido ameaças e ataques misóginos.

Ela destacou manter respeito por Marina e elogiou sua iniciativa de manifestar apoio publicamente a alguém do outro lado da disputa política, afirmando que as palavras de solidariedade “emocionaram e aqueceram seu coração.”

“Estamos hoje em lados opostos na política, mas todos sabem que no passado já estivemos do mesmo lado, juntas, lutando por um Brasil melhor. E todos também sabem que tenho carinho e admiração pela senhora e que somos irmãs em Cristo”, afirmou. “Obrigada pela mensagem e parabéns pela coragem, que sempre foi sua marca, de fazer esta manifestação de solidariedade de forma pública”, concluiu.

Na última sexta-feira, 3, Marina prestou solidariedade à senadora em uma publicação no X. A ex-ministra afirmou que nenhuma mulher deve ser atacada ou constrangida por questões de gênero e que episódios de violência política atingem todas as mulheres que ocupam espaços públicos. “Quando uma mulher na vida pública é alvo de agressões e tentativas de silenciamento, todas nós somos atingidas”, escreveu.

Damares se tornou alvo de ataques de amigos e conselheiros do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência, com as principais agressões sendo orquestradas nas redes pelos blogueiros Oswaldo Eustáquio e Paulo Figueiredo. Durante reunião da Comissão de Direitos Humanos do Senado na quarta-feira, 1º, ela afirmou ter sido chamada de “leviana”, “vagabunda” e “adúltera”.

A artilharia dos amigos de Flávio se voltou para a senadora depois que ela deixou de ir a uma reunião de Flávio com lideranças femininas e defendeu a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL), que gravou vídeo relatando ter sido “humilhada” pelo enteado.

Depois do embate com Damares, Paulo Figueiredo ainda expandiu os alvos dos ataques em uma live no dia 25. O bolsonarista afirmou que mulheres “votam muito mal”, especialmente as solteiras, já que as casadas “geralmente acompanhariam o voto dos maridos.”

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

POLÍTICA – PL VAI OFICIALIZAR CANDIDATURA DE FLÁVIO BOLSONARO NO DIA 25

Segundo o presidente do partido, Valdemar Costa Neto, confirmação acontecerá em evento no Pacaembu, em São Paulo

Do Estadão Conteúdo



Flávio Bolsonaro escolheu São Paulo para o lançamento de sua candidatura à presidência da República por causa do empresariado e do mercado financeiro

O PL marcou a convenção nacional para oficializar a escolha do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) como candidato da sigla à Presidência para 25 de julho. O evento será realizado às 10h, no Mercado Pago Hall, na Arena Pacaembu, em São Paulo. O local tem capacidade para até sete mil pessoas.

A data e local foram anunciados nesta segunda-feira pelo presidente da sigla, Valdemar Costa Neto, em suas redes sociais. “Nesse grande encontro, vamos homologar as nossas candidaturas à Assembleia Legislativa, à Câmara Federal, ao Senado Federal, aos governos do Estado e principalmente à Presidência da República com Flávio Bolsonaro”, disse.

A declaração vem em um momento em que uma ala do bolsonarismo questiona a manutenção do nome de Flávio, após a divulgação das conversas entre o senador e o dono do Master, Daniel Vercaro, além de atritos com a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro.

A escolha por realizar a convenção em São Paulo, e não em Brasília, é estratégica: o Estado conta com o maior colégio eleitoral do País e concentra parte do empresariado e do mercado financeiro.

O partido pretendia realizar a convenção ainda em julho, mesmo diante de algumas indefinições, como a da escolha de um vice de chapa.

Pelo calendário eleitoral, as convenções partidárias devem ser realizadas de 20 de julho a 5 de agosto. Nelas, as legendas, em tese, determinam seus candidatos, incluindo vices, e coligações partidárias. Na prática, porém, os partidos podem homologar apenas o candidato titular e delegar a decisão sobre vice e sobre coligações para a Executiva Nacional.

A escolha deve ser oficializada até 15 de agosto, prazo para registro das candidaturas. Isso daria mais tempo para o PL negociar a vice, após a formação das coligações partidárias.

Esposa na campanha

Com o marido Flávio Bolsonaro (PL) acusado pela madrasta, Michelle, de “maltratá-la, humilhá-la e desrespeitá-la”, Fernanda Bolsonaro deve ocupar um papel mais central na campanha presidencial.

Ela passará por media training ao longo deste mês e pode ter sua própria equipe de redes sociais. Especializada em ortodontia, Fernanda deve focar no tema da saúde e direcionar o discurso para mulheres.

A entrada de Fernanda em cena já era esperada durante a campanha eleitoral, mas ganhou urgência. Aliados de Flávio querem blindar a imagem do senador do desgaste potencial provocado pelas críticas de Michelle. Na última quarta-feira, uma semana após a divulgação do vídeo da madrasta, Flávio organizou um encontro com lideranças femininas em Brasília do qual Fernanda participou.

Jair Renan

O vereador de Balneário Camboriú Jair Renan Bolsonaro (PL), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), anunciou neste domingo, 5, que é pré-candidato a deputado federal. “Essa caminhada é feita ao lado de cada patriota que acredita em um Brasil forte, livre e próspero”, disse o filho “04” de Bolsonaro em uma publicação nas redes sociais.

Renan Bolsonaro elegeu-se vereador de Balneário Camboriú nas eleições de 2024. O filho “04” de Bolsonaro tornou-se réu por lavagem de dinheiro e falsificação de documentos, mas a ação penal do caso foi trancada no Superior Tribunal de Justiça (STJ) em fevereiro deste ano.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

POLÍTICA - ZEMA É CONTRA GOLPE, MAS QUER ANISTIA

Pré-candidato se diz democrata, tenta se desvincular de Bolsonaro, mas defende perdão

Do Estadão Conteúdo

O pré-candidato do Novo à Presidência da República e ex-governador de Minas Gerais, Romeu Zema, criticou nesta segunda-feira, 6, o ex-presidente Jair Bolsonaro e procurou demarcar diferenças em relação ao capitão reformado, especialmente na condução da pandemia e na abordagem de temas relativos à democracia.

“Sou totalmente contrário a qualquer tentativa de golpe”, ressaltou. As declarações foram dadas durante debate promovido pelo grupo Derrubando Muros, em São Paulo.

Zema buscou se desvincular de Bolsonaro ao afirmar que a aproximação entre os dois foi circunstancial, relacionada à eleição de 2018 e à oposição comum ao PT. O pré-candidato disse que apoiou o ex-presidente no segundo turno de 2022 por estar do lado oposto aos petistas, a quem atribui a responsabilidade por ter “destruído” Minas Gerais.

Zema também afirmou ser democrata e disse confiar nas urnas eletrônicas, embora defenda a adoção de um mecanismo impresso para permitir confirmações aleatórias e auditorias. Em seguida, porém, reiterou apoio à anistia de Jair Bolsonaro e afirmou que o caso poderia ser submetido a um novo julgamento.

Bolsonaro foi condenado em setembro de 2025 pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) a 27 anos e 3 meses de prisão em regime inicial fechado por sua participação em uma tentativa de golpe de Estado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

TRANSPORTES - RODOVIAS - FERROVIAS - ANTT HABILITA 25 CONCESSIONÁRIAS NA PRIMEIRA ETAPA DO PSI

Programa de sustentabilidade reúne empresas dos setores rodoviário e ferroviário e utiliza modelo de sandbox regulatório para aperfeiçoar suas diretrizes

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Com a homologação preliminar dos resultados do Nível I e a abertura do prazo recursal, o programa avança para as próximas etapas de implementação previstas na regulamentação

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) homologou o resultado da primeira etapa do Programa de Sustentabilidade para Infraestrutura de Transportes Terrestres (PSI), habilitando 25 concessionárias — 15 rodoviárias e 10 ferroviárias — para participar da iniciativa. O programa utiliza um modelo de sandbox regulatório para testar e aperfeiçoar suas diretrizes.



O resultado da habilitação foi homologado pela Diretoria Colegiada da ANTT durante a 1.036ª Reunião de Diretoria Pública, realizada na última quinta-feira (2). A decisão também abriu o prazo para apresentação de recursos administrativos, que segue até o próximo dia 17.

O PSI reúne medidas, parâmetros e instrumentos voltados ao desenvolvimento sustentável da infraestrutura regulada pela agência. Alinhado às diretrizes estratégicas da ANTT, o programa busca ampliar a adoção de práticas associadas às dimensões econômica, social e ambiental no setor de transportes terrestres.

Nesta fase inicial, todas as concessionárias habilitadas estão aptas a participar do Nível I do programa.

Como o PSI adota uma metodologia inédita de avaliação e ranqueamento, a ANTT optou por implementá-lo por meio de um sandbox regulatório. O modelo cria um ambiente experimental que permite aperfeiçoar gradualmente as regras a partir da experiência prática de aplicação.

O programa é estruturado em três níveis progressivos, com exigências crescentes relacionadas às práticas de sustentabilidade.

A homologação refere-se aos resultados do Nível I, etapa que avalia critérios básicos de elegibilidade e os planos de trabalho apresentados pelas concessionárias. Já os Níveis II e III permanecem em análise pela Diretoria Colegiada da ANTT, após a conclusão das etapas de documentação e validação técnica.

Concessionárias habilitadas

No segmento rodoviário, foram habilitadas 15 concessionárias: Nova Rota do Oeste, Via Cristais, Ecovias Minas Goiás, Ecovias Cerrado, Ecovias Rio Minas, Ecovias Ponte, Way 153, Way 262, Way 364, EPR Litoral Pioneiro, Via Araucária, Motiva Pantanal, RioSP, Ecovias Araguaia e Via Costeira.

Outras seis concessionárias seguem em fase de complementação documental.

No setor ferroviário, foram homologadas Ferrovia Tereza Cristina, MRS Logística, Rumo Malha Paulista, Rumo Malha Central, Rumo Malha Norte, Rumo Malha Sul, Estrada de Ferro Carajás, Estrada de Ferro Vitória a Minas, Ferrovia Norte-Sul e Ferrovia Centro-Atlântica.

Próximas etapas

O PSI conta com Comitês de Desenvolvimento de Sustentabilidade para os setores rodoviário e ferroviário, com participação da ANTT, do Ministério dos Transportes e de entidades representativas do setor.

Os Índices de Desempenho Sustentável (IDS) não serão divulgados nesta etapa em razão das disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A divulgação da classificação consolidada dos níveis de adesão está prevista para 4 de dezembro.

Com a homologação preliminar dos resultados do Nível I e a abertura do prazo recursal, o programa avança para as próximas etapas de implementação previstas na regulamentação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

TRANSPORTES - RODOVIAS – FERROVIAS - GOVERNO MARCA AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DA CONCESSÃO DA MALHA SUL

Primeira sessão pública ocorrerá em Brasília, no dia 16 de julho; as outras ocorrerão em Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis

Por CÁSSIO LYRA redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Governo Federal definiu o calendário das audiências públicas sobre a nova concessão da Malha Sul ferroviária. A primeira sessão será realizada em 16 de julho, em Brasília. Depois, o cronograma prevê encontros em Curitiba (27 de julho), Porto Alegre (29 de julho) e Florianópolis (31 de julho).

A audiência na capital federal ocorrerá no SCES – Setor de Clubes Esportivos Sul, a partir das 10h. Em Curitiba, a sessão está marcada para 14h. Já em Porto Alegre e Florianópolis, os encontros acontecerão às 9h. Todas as audiências serão transmitidas ao vivo pelo canal da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no YouTube.

Após as sessões, as contribuições apresentadas serão analisadas para aprimorar o projeto e sua documentação. Em seguida, o Ministério dos Transportes encaminhará a proposta ao Tribunal de Contas da União (TCU) para avaliação.

O atual contrato da Malha Sul, operado pela Rumo, vence no próximo ano. O novo modelo prevê a divisão em três corredores logísticos: Mercosul, Paraná/Santa Catarina e Rio Grande, com o objetivo de ampliar a atratividade para investidores e melhorar a eficiência da operação.

O corredor Mercosul terá 1.865 km e ligará São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Já o trecho Rio Grande contará com 880 km, com foco no escoamento de cargas dentro do estado gaúcho até o Porto do Rio Grande. O corredor Paraná–Santa Catarina, com pouco mais de 1.500 km, concentra a maior parte da movimentação de cargas da atual Malha Sul.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

TRANSPORTES – PORTOS - MINISTÉRIO ANALISA RESPOSTA DA ANTAQ SOBRE CONCESSÃO DO TECON SANTOS 10

Decisão sobre formato do certame depende de definição do governo após divergências entre Antaq e PPI da Casa Civil

Por CÁSSIO LYRA redacao.jornal@redebeneews.com.br



O Ministério de Portos e Aeroportos não informou se haverá mudanças nos prazos previstos, porém, a intenção do Governo Federal é realizar o leilão do ativo ainda neste ano

A equipe técnica da Secretaria Nacional de Portos, vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, está analisando novamente a documentação sobre a modelagem do leilão do Tecon Santos 10, após a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) cobrar clareza do governo sobre o certame e reafirmar a proposta de realização do leilão em duas etapas, com

restrições à participação de determinados grupos. A informação foi enviada pelo Ministério de Portos ao BE News, na tarde desta segunda-feira (6).

Questionado sobre a possibilidade de alteração no cronograma, o ministério não informou se haverá mudanças nos prazos previstos, porém a intenção do Governo Federal é realizar o leilão do ativo ainda neste ano.

A Reportagem também procurou a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Casa Civil, mas não recebeu resposta até o momento.

Na última semana, a Antaq manteve a decisão de um modelo de licitação em duas fases, com restrições à participação de companhias de navegação e dos atuais operadores de terminais de

contêineres do complexo santista. A proposta prevê que empresas interessadas que já atuem no setor tenham de se desfazer de suas participações acionárias.

O posicionamento da agência contraria a recomendação do PPI da Casa Civil, que sugeriu a realização de uma licitação sem restrições ao mercado e – caso esse modelo avance – o processo precisaria retornar ao Tribunal de Contas da União (TCU), que também já manifestou oposição à participação de armadores no leilão, acatando à modelagem proposta pela Antaq.

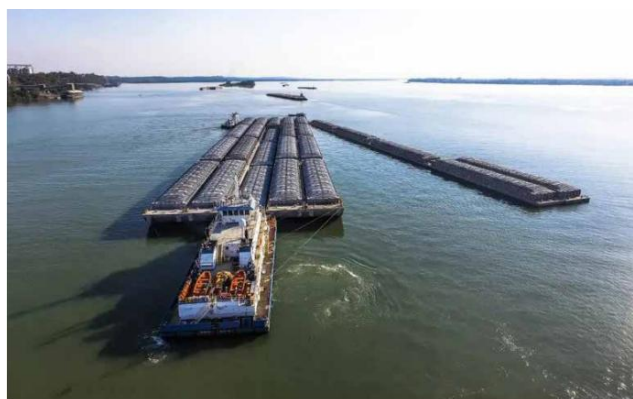
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

TRANSPORTES – HIDROVIAS - BRASIL E PARAGUAI AVANÇAM NAS NEGOCIAÇÕES SOBRE A HIDROVIA DO RIO PARAGUAI

Nova reunião técnica foi marcada para este mês com o objetivo de concluir ajustes no projeto da concessão, que também depende de acordo com a Bolívia

Do Estadão Conteúdo



O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, afirmou no fim de junho que o governo pretende lançar o edital do leilão entre o segundo semestre deste ano e o início de 2027

O Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor) afirmou nesta segunda-feira, 6, que sua equipe técnica irá se reunir com a do Paraguai para uma nova reunião a fim de avançar com as tratativas do leilão da hidrovia do Rio Paraguai. Como o canal abrange o território dos países, e da Bolívia, os três precisam estar de acordo para o avanço do remate.

“Foi reafirmado o interesse mútuo em dar prosseguimento ao processo de concessão e acordada a realização de uma nova reunião técnica no fim deste mês para avançar nas tratativas”, afirmou a pasta por meio da nota enviada à Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado).

Uma reunião bilateral foi realizada na semana passada, durante a 68ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, em Assunção, no Paraguai.

Após a conclusão das negociações técnicas e a definição dos ajustes necessários no projeto, o governo pretende avançar com as etapas regulatórias e administrativas que antecedem a publicação do edital. Esse seria o primeiro leilão de hidrovias realizado pelo Brasil.

Pelo cronograma oficial apresentado pela Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação em maio, o edital da concessão da Hidrovia deve ser publicado no segundo semestre de 2026, enquanto o leilão estava previsto para o primeiro semestre de 2027.

Já o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, afirmou no fim de junho que o governo pretende lançar o edital entre o segundo semestre deste ano e o início de 2027, ressaltando que a definição depende do avanço das negociações com Paraguai e Bolívia.

A iniciativa é tratada pelo governo como um dos projetos mais relevantes da agenda de hidrovias e pode abrir caminho para novos modelos de concessão voltados à gestão da infraestrutura de navegação interior no país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

TRANSPORTES – HIDROVIAS - HIDROVIAS DO BRASIL RECEBE INSCRIÇÕES PARA PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

Empresa oferece 20 vagas para moradores de Barcarena entre 16 e 24 anos, com formação teórica e experiência prática na unidade local

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A iniciativa faz parte da estratégia da Hidrovias do Brasil de investir na formação de novos profissionais e ampliar as oportunidades de ingresso de jovens no mercado de trabalho. Foto: Divulgação

Jovens moradores de Barcarena (PA) interessados em ingressar no mercado de trabalho têm até o próximo dia 10 para se inscrever no Programa Jovem Aprendiz da Hidrovias do Brasil. A empresa está

oferecendo 20 vagas para candidatos com idade entre 16 e 24 anos, residentes no município.

O programa combina capacitação teórica com atividades práticas na unidade da companhia em Barcarena. Os selecionados atuarão presencialmente em diferentes áreas da empresa, acompanhando rotinas administrativas e operacionais e recebendo orientação de profissionais da equipe.

A iniciativa faz parte da estratégia da Hidrovias do Brasil de investir na formação de novos profissionais e ampliar as oportunidades de ingresso de jovens no mercado de trabalho. A proposta é proporcionar uma primeira experiência em ambiente corporativo, estimulando o desenvolvimento técnico e comportamental dos participantes ao longo do período de aprendizagem.

Os aprendizes terão contato com diferentes processos internos da companhia e desenvolverão conhecimentos voltados à rotina empresarial. Entre as atividades previstas estão apoio às rotinas administrativas, atualização de planilhas e sistemas, organização de documentos, elaboração de relatórios, atendimento aos colaboradores e cumprimento dos procedimentos de segurança, qualidade e meio ambiente adotados pela empresa.

Podem participar estudantes que estejam cursando ou já tenham concluído o ensino médio, desde que tenham disponibilidade para cumprir a jornada presencial. Segundo a Hidrovias do Brasil, o programa busca contribuir para a qualificação profissional e facilitar a inserção de jovens no mercado de trabalho por meio da experiência prática.

As inscrições devem ser feitas exclusivamente pela página oficial de carreiras da empresa (www.hidrovias.gupy.io).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

TRANSPORTES - AEROPORTOS - PROJETO DE SEGUNDO AEROPORTO EM PORTO ALEGRE ENFRENTA RESISTÊNCIA DA FRAPORT

Concessionária do Salgado Filho afirma que projeto não tem viabilidade técnica nem econômica, enquanto grupo local articula alternativa privada

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A concessionária alemã Fraport, responsável pela operação do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, procurou o Ministério de Portos e Aeroportos para se posicionar contra a proposta de

construção de um segundo terminal aéreo na capital gaúcha. A iniciativa vem sendo defendida por um grupo de empresários e lideranças políticas do Rio Grande do Sul.



Embora a ideia já circule há anos, ganhou força após a enchente histórica que atingiu o Rio Grande do Sul em 2024 e paralisou as operações do Aeroporto Salgado Filho

No mês passado, a empresa enviou uma carta ao ministério e à Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC) solicitando que o governo federal descarte o projeto do chamado “Aeroporto Internacional 20 de Setembro”. A Folha de São Paulo acessou o documento, onde a concessionária argumenta que não há justificativa técnica ou econômica para a nova estrutura e sustenta que o Salgado Filho possui capacidade suficiente para atender à demanda de passageiros e cargas pelas próximas

décadas.

A manifestação ocorre em meio à articulação dos defensores do projeto, que prometem intensificar a mobilização em Brasília. Apesar disso, o Ministério de Portos e Aeroportos informou que, até o momento, não há processo formal em análise para a construção de um segundo aeroporto em Porto Alegre.

O movimento em favor da nova unidade é liderado pelo presidente do PSB no Rio Grande do Sul, Beto Albuquerque. Ex-deputado federal e pré-candidato, ele afirma estar finalizando um dossiê técnico para apresentar ao governo federal. A proposta prevê um aeroporto com investimento integralmente privado, a ser construído entre os municípios de Nova Santa Rita e Portão, a cerca de 27 quilômetros da capital.

Embora a ideia já circule há anos, ganhou força após a enchente histórica que atingiu o estado em 2024 e paralisou as operações do Salgado Filho. Para Albuquerque, o projeto representa uma oportunidade de avanço logístico, não para competir, mas para criar uma nova alternativa.

A proposta é coordenada pelo Comitê Pró-Aeroporto Internacional 20 de Setembro, liderado pelo ex-piloto da Varig Nelson Riet, e conta com o apoio de empresários da região do Vale dos Sinos, além de prefeitos e lideranças locais.

Diante da intensificação desse movimento, a Fraport decidiu adotar uma postura mais ativa junto ao governo. A empresa ressalta que o aeroporto passou por ampla modernização desde o início da concessão, em 2018. Entre os investimentos, destaca a ampliação da pista de pouso de 2.280 para 3.200 metros, o aumento da capacidade anual de passageiros de 7,8 milhões para 16,2 milhões e a construção de um novo terminal internacional de cargas.

Segundo a concessionária, o aeroporto tem condições de atender à demanda projetada até o fim do contrato, previsto para 2043, sem restrições, inclusive para operações com aeronaves cargueiras de grande porte. A empresa também afirma que há espaço para expansão da área logística.

Contestação

Um dos principais argumentos dos defensores do novo aeroporto é que o Salgado Filho teria limitações para receber grandes cargueiros e que, em situações adversas, voos precisam ser desviados para outros estados, como Santa Catarina. A Fraport contesta essa avaliação e afirma que o terminal já opera com aeronaves de grande porte e ficou inoperante apenas durante a tragédia climática de 2024.

No documento enviado ao governo, assinado pela presidente da companhia, Andreea-Diana Pal, a empresa afirma que a construção de um novo aeroporto como alternativa “não resiste a uma análise mínima de viabilidade técnica e econômica” e classifica a proposta como um possível desperdício de recursos públicos.

Já Nelson Riet, do comitê pró-aeroporto, rebate a posição da concessionária. Para ele, o Salgado Filho pode atingir a saturação nos próximos anos e a ausência de uma alternativa representaria um risco.

A concessionária, por sua vez, destaca que o aeroporto tem alcançado altos níveis de qualidade de serviço e conta com um terminal de cargas com capacidade para processar até 100 mil toneladas. A empresa também informou que o movimento de passageiros já se recuperou após a enchente, com 7,5 milhões de viajantes em 2025, número próximo ao registrado em 2023, de 7,4 milhões.

A Secretaria de Logística e Transportes do Rio Grande do Sul afirmou que reconhece a importância estratégica do Salgado Filho e a necessidade de investimentos contínuos em sua ampliação. No entanto, destacou que os estudos sobre o novo aeroporto ainda demandam análises complementares antes de qualquer decisão.

Segundo o governo estadual, o debate deve considerar de forma integrada todo o sistema aeroportuário e a logística regional. Nesse sentido, o Plano Estadual de Logística e Transportes (PELT) será utilizado como base técnica para orientar o planejamento de longo prazo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

TRANSPORTES - AVIAÇÃO - ANAC DISPONIBILIZA PLATAFORMA PARA RECLAMAÇÕES DE PASSAGEIROS

Sistema reúne orientações sobre direitos dos usuários, permite registrar manifestações contra companhias aéreas e acompanha o andamento das solicitações

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

Passageiros que desejam registrar reclamações sobre serviços prestados por companhias aéreas podem utilizar a plataforma Anac Passageiro, disponibilizada pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O sistema reúne orientações sobre os direitos dos usuários, permite o envio de manifestações à agência e oferece acesso a um painel público com indicadores de atendimento das empresas participantes.



Além do canal de atendimento, a plataforma Anac Passageiro disponibiliza um painel público com indicadores sobre o desempenho das empresas aéreas participantes

Segundo a Anac, a plataforma foi desenvolvida pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e é

integrada ao portal gov. br. A proposta é concentrar, em um único ambiente digital, todas as etapas do atendimento, desde o registro da reclamação até a avaliação da resposta apresentada pela companhia aérea.

Para utilizar o serviço, o passageiro deve acessar a plataforma com sua conta gov.br e registrar a reclamação de forma eletrônica. A manifestação é encaminhada diretamente à empresa aérea, que deve responder dentro do prazo estabelecido pela regulamentação da Agência. Durante o processo, usuário e empresa podem trocar informações pelo próprio sistema. Ao final do atendimento, o passageiro informa se considera que sua demanda foi solucionada.

De acordo com o analista da Divisão de Negócio de Transportes Aéreos do Serpro, Everson Santos, a plataforma foi estruturada para reunir todas as etapas do atendimento em um único canal. Segundo



ele, o sistema permite registrar reclamações de forma totalmente digital, sem necessidade de atendimento presencial, além de oferecer informações sobre os direitos dos passageiros.

Ainda conforme o analista, a ferramenta também centraliza o acompanhamento das manifestações, controla os prazos para resposta das companhias, registra as interações entre as partes e possibilita que o usuário acompanhe a tramitação do pedido e avalie o atendimento recebido.

Além do canal de atendimento, a plataforma disponibiliza um painel público com indicadores sobre o desempenho das empresas aéreas participantes. As consultas podem ser realizadas por companhia, período e nacionalidade, além de permitir o acesso aos assuntos mais recorrentes registrados pelos passageiros. De acordo com a Anac, as informações são atualizadas periodicamente e permanecem disponíveis para consulta pública.

Segundo o Serpro, o painel foi desenvolvido com ferramentas de análise de dados que permitem consultas interativas. A gerente da Divisão de Inteligência Aplicada a Soluções Analíticas da empresa, Luciana Carpes, informou que a solução integra os dados da plataforma ao ambiente analítico utilizado pela Anac. Conforme a executiva, a arquitetura do sistema centraliza as informações em um data lake e utiliza a ferramenta Qlik Sense para disponibilizar as consultas públicas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

TRANSPORTES - AVIAÇÃO - LATAM REALIZA PRIMEIROS VOOS CHARTER COM USO DE COMBUSTÍVEL SUSTENTÁVEL

Operação reduziu cerca de 160 toneladas de CO₂ e marca novo avanço no processo de descarbonização da companhia

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Grupo Latam Airlines realizou seus primeiros voos charter de passageiros com redução de emissões associada ao uso de Combustível Sustentável de Aviação (SAF). A operação, desenvolvida em parceria com a companhia francesa Ponant Explorations, permitiu uma redução estimada de aproximadamente 160 toneladas de dióxido de carbono (CO₂) em 13 voos realizados entre Santiago, no Chile, e Ushuaia, na Argentina.

Para a operação, a companhia destinou 22,4 mil galões de SAF por meio da metodologia Book & Claim, modelo que permite atribuir os benefícios ambientais do combustível sustentável a voos específicos, mesmo quando o abastecimento não ocorre diretamente na aeronave utilizada.

Segundo a Latam, este é o primeiro projeto da companhia que associa a redução de emissões a uma operação charter de passageiros realizada em parceria com um cliente.

Para o gerente-geral da Latam Airlines para Europa, Ásia e Oceania, Thibaud Morand, a iniciativa demonstra que empresas e clientes podem atuar em conjunto para acelerar a descarbonização do setor aéreo. “Na Latam, estamos convencidos de que avançar em direção a uma aviação mais sustentável exige o compromisso e a colaboração de toda a cadeia de valor. Esta operação demonstra que hoje já existem mecanismos concretos para que nossos clientes possam fazer parte da redução de emissões associadas às suas operações aéreas, enquanto seguimos impulsionando o desenvolvimento e a adoção de combustíveis sustentáveis de aviação na região”, afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

LOGÍSTICA - VLI E ETG INVESTIRÃO R\$ 26 MI EM UNIDADE DE FERTILIZANTES

Projeto em Palmeirante marca a entrada da multinacional africana no Brasil e prevê capacidade para produzir até 200 mil toneladas por ano

Por JUNIOR BATISTA redacao.jornal@redebeneews.com.br



O investimento é mais um resultado do corredor logístico de fertilizantes implantado pela VLI em 2022, com aportes de cerca de R\$ 400 milhões realizados em parceria com a Copi

A VLI e a ETG Fertilizantes anunciaram uma parceria para a implantação de uma nova unidade industrial no Complexo VLI,

em Palmeirante (TO), conectado à Ferrovia Norte-Sul. O projeto marca a entrada da multinacional africana de suprimentos agrícolas e cadeia de commodities no mercado brasileiro.

A nova operação terá capacidade para produzir até 200 mil toneladas de fertilizantes por ano e contará com uma estrutura de armazenagem para até 45 mil toneladas. O investimento previsto é de aproximadamente R\$ 26 milhões.

Segundo as empresas, a unidade contribuirá para ampliar a oferta de insumos agrícolas na região, reduzir custos para produtores rurais e fortalecer a competitividade do agronegócio no Matopiba — região formada por áreas do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. O empreendimento também deve gerar novas oportunidades de emprego e renda, além de reforçar o papel de Palmeirante como um polo estratégico para o desenvolvimento econômico.

Para a diretora-executiva Comercial, de Projetos e Planejamento Estratégico da VLI, Carolina Hernandez, a parceria reforça a atuação da companhia no fortalecimento do agronegócio no Arco Norte.

“Essa parceria reforça o compromisso da VLI de impulsionar o crescimento do agronegócio no Arco Norte. Ao conectar produção e mercado com eficiência, contribuimos para aumentar a competitividade dos nossos clientes e fomentar o desenvolvimento econômico local de forma sustentável”, afirmou.

O diretor da ETG Brasil, Thiago Briso, destacou que a chegada da empresa ao país faz parte da estratégia de expansão global do grupo. “A chegada da ETG ao Brasil representa um passo estratégico em nossa trajetória de expansão global. A parceria com a VLI no Tocantins nos proporciona uma plataforma logística eficiente e competitiva. Estaremos focados em auxiliar o desenvolvimento sustentável do agronegócio no Tocantins e em todo o Matopiba”, disse.

A ETG Fertilizantes faz parte de um grupo global com presença em mais de 45 países e atuação em diferentes etapas da cadeia do agronegócio.

O novo investimento é mais um resultado do corredor logístico de fertilizantes implantado pela VLI em 2022, com aportes de cerca de R\$ 400 milhões realizados em parceria com a Companhia Operadora do Itaqui (Copi). A estrutura conecta o Porto do Itaqui, no Maranhão, ao Terminal Integrador Palmeirante (TIPA).

Desde o início da operação, o corredor logístico atraiu novos investimentos para áreas próximas ao terminal da VLI, que já somam quase R\$ 500 milhões, ampliando a movimentação de cargas e fortalecendo a infraestrutura voltada ao agronegócio na região.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

LOGÍSTICA - CMA CGM COMPRA FEDEX SUPPLY CHAIN POR US\$ 1,4 BILHÃO

Aquisição ampliará a presença da CEVA Logistics na América do Norte e será acompanhada por acordos comerciais nas áreas de transporte marítimo e aéreo

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Grupo CMA CGM anunciou a compra da FedEx Supply Chain por US\$ 1,4 bilhão (cerca de R\$ 7,2 bilhões, em conversão direta), em uma operação que ampliará de forma expressiva a presença da CEVA Logistics na América do Norte. A conclusão do negócio está prevista para 2026, condicionada às aprovações regulatórias.

Com a incorporação da empresa, a CEVA Logistics, braço de logística do Grupo CMA CGM, passará a operar cerca de 150 armazéns na região. A integração também acrescentará aproximadamente 10 mil funcionários à operação, elevando o quadro de pessoal para cerca de 20 mil colaboradores distribuídos em mais de 240 unidades na América do Norte.

Além da aquisição, CMA CGM e FedEx anunciaram a intenção de estabelecer uma parceria comercial de longo prazo nas áreas de transporte marítimo e aéreo. Pelo acordo, a CMA CGM será uma das transportadoras marítimas preferenciais da FedEx, fornecendo serviços de navegação e logística em caráter não exclusivo.

As empresas também pretendem desenvolver soluções conjuntas para ampliar a capacidade de transporte aéreo de cargas, com foco na melhor utilização das aeronaves e no aumento da flexibilidade das operações de longa distância. Esses acordos comerciais deverão ser implementados gradualmente entre 2026 e 2028.

Segundo o presidente e diretor-executivo do Grupo CMA CGM, Rodolphe Saadé, a aquisição representa um avanço para a expansão da CEVA Logistics no mercado norte-americano e para a oferta de serviços integrados aos clientes.

“Estamos fortalecendo nossa capacidade de fornecer aos clientes soluções integradas para a cadeia de suprimentos. Esses acordos também reforçam nosso compromisso de longo prazo em investir nos Estados Unidos e apoiar a resiliência e a eficiência de sua cadeia de suprimentos”, disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS INAUGURA CENTRO PARA PESQUISAS SOBRE O PRÉ-SAL EM MG

Instalação na Unifei recebeu R\$ 300 milhões em investimentos e permitirá reproduzir, em escala semi-industrial, as condições de operação dos campos do pré-sal

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A nova unidade é vista pela Petrobras como uma peça estratégica no desenvolvimento do projeto HISEP, tecnologia que promove a separação submarina ainda no fundo do mar

A Petrobras celebrou, nesta sexta-feira, o início das operações do Centro Tecnológico para o Pré-sal Brasileiro (CTPB), instalado na Universidade Federal de Itajubá (Unifei), em Minas Gerais. A cerimônia reuniu cerca de 80 participantes, entre gestores da companhia, representantes do Consórcio de Libra e dos principais fornecedores, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e do Poder Público Federal.

O CTPB é uma planta de processo em escala semi-industrial considerada uma das mais modernas do mundo em sua categoria e a única com capacidade de reproduzir as condições operacionais do pré-sal brasileiro — altas pressões, altas temperaturas e alto teor de CO2.

O centro foi viabilizado por um investimento de R\$ 300 milhões em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Petrobras e dos parceiros do Consórcio de Libra (Shell Brasil, Total Energies, CNPC China National Petroleum Company e CNOOC China National Offshore Oil Company), com recursos decorrentes da determinação brasileira de promover a pesquisa e a inovação no país.

“Ter uma instalação como essa em solo brasileiro, capaz de simular as condições reais dos nossos campos do pré-sal do nosso reservatório, é resultado direto do compromisso da Petrobras com a inovação e com o desenvolvimento tecnológico nacional. É com orgulho que vemos esse investimento se transformar em capacidade real de geração de conhecimento e de valor para o país”, disse a diretora de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Renata Baruzzi.

Para o reitor da Unifei, Marcel Parentoni, a presença do CTPB na instituição é a concretização de um projeto que une ciência, tecnologia e parceria institucional em torno de um desafio estratégico para o Brasil. “Para a nossa universidade, é uma honra contribuir com a Petrobras e com o Consórcio de Libra nessa jornada. Este centro fortalece nossa vocação para a pesquisa aplicada e abre novas fronteiras para a formação de pesquisadores e engenheiros de altíssimo nível.”

O centro tecnológico é visto pela Petrobras como uma peça estratégica no desenvolvimento do projeto HISEP (Sistema de Separação Submarina de Alta Pressão), uma tecnologia desenvolvida pela estatal que promove a separação submarina ainda no fundo do mar, permitindo reinjetar gás rico em CO2 no reservatório e aumentar a produção com menor emissão de carbono e maior eficiência operacional no pré-sal.



O Centro Tecnológico para o Pré-sal foi viabilizado por um investimento de R\$ 300 milhões em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Petrobras e dos parceiros do Consórcio de Libra

Em 2023, a Petrobras testou com sucesso a primeira bomba de fase densa com arquitetura submarina fabricada e testada no Brasil — feito que rendeu ao Consórcio o Prêmio de Inovação Tecnológica da ANP na categoria de sistemas submarinos. Para o segundo semestre de 2026, estão previstos os testes finais de qualificação das bombas no CTPB.

“Este é mais do que um marco tecnológico: é a materialização de uma escolha estratégica da Petrobras e de seus parceiros em Libra de investir em inovação, desenvolver conhecimento de ponta no Brasil e transformar desafios extremos em soluções tecnológicas transformadoras”, concluiu a diretora de Exploração e Produção, Geóloga, Sylvia Anjos.”

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

MINERAÇÃO – ABPM APOIA PNM 2050, MAS COBRA MEDIDAS PARA TIRAR PLANO DO PAPEL

Associação avalia que documento representa avanço para a mineração, porém defende metas, financiamento e instrumentos concretos para viabilizar sua implementação

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Associação Brasileira de Pesquisa Mineral e Mineração (ABPM) avaliou que o Plano Nacional de Mineração 2050 (PNM 2050) representa um avanço para o planejamento de longo prazo do setor mineral, mas defendeu que o governo federal apresente mecanismos concretos para transformar as diretrizes previstas no documento em políticas públicas efetivas.



Para a ABPM, apesar da avaliação positiva, o PNM 2050 tem caráter predominantemente orientador e carece de instrumentos capazes de assegurar sua implementação

Em nota divulgada após o lançamento do plano pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a entidade afirma que o PNM 2050 restabelece uma estratégia nacional para a mineração, estruturada em quatro eixos — sustentabilidade e valor social, segurança do suprimento mineral, agregação de valor e governança — e incorpora instrumentos de monitoramento e revisão periódica. Na avaliação da associação, o documento também aproxima o planejamento

do setor de outras políticas públicas consideradas estratégicas.

Apesar da avaliação positiva, a ABPM considera que o plano ainda tem caráter predominantemente orientador e carece de instrumentos capazes de assegurar sua implementação. Para a entidade, a próxima etapa, com a elaboração do Plano de Metas e Ações anunciada pelo governo, será decisiva para definir como os objetivos serão executados.

Segundo a associação, o documento ainda não detalha aspectos considerados essenciais para sua efetividade, como fontes de financiamento, distribuição de responsabilidades institucionais, cronogramas de execução, metas quantitativas, indicadores de desempenho, prioridades regulatórias e mecanismos econômicos voltados à atração de investimentos privados.

“Embora o Plano apresente diretrizes consistentes, ele não estabelece, de forma suficientemente clara, as fontes de financiamento, não distribui papéis e responsabilidades institucionais, carece de cronogramas executivos, assim como não define metas quantitativas, indicadores de desempenho, nem prioridades regulatórias”, afirma a nota assinada pelo presidente do Conselho Deliberativo da ABPM, Luís Maurício Azevedo.

A entidade sustenta que a transformação do setor dependerá menos da formulação de novas estratégias e mais da capacidade de implementar políticas públicas coordenadas que reduzam riscos, aumentem a competitividade e estimulem investimentos.

Outro ponto destacado pela associação é a prioridade dada pelo PNM 2050 à agregação de valor aos minerais produzidos no país. Para a ABPM, essa diretriz é positiva, mas sua concretização exige uma política industrial mais ampla, envolvendo incentivos tributários, financiamento competitivo, disponibilidade de energia, infraestrutura logística, desenvolvimento tecnológico, formação de mão de obra qualificada e atração de indústrias consumidoras de minerais.

Na avaliação da entidade, sem esse conjunto de medidas o país corre o risco de manter o atual modelo baseado na exportação de matérias-primas e na importação de produtos industrializados de maior valor agregado.

A associação também defende que a pesquisa mineral receba maior atenção nas próximas etapas da política pública. Embora reconheça que o PNM 2050 valoriza a atividade, a entidade afirma que o documento ainda não apresenta instrumentos capazes de ampliar de forma significativa os investimentos voltados à descoberta de novas jazidas.

Para a ABPM, a implementação do plano também deve ser harmonizada com o Projeto de Lei nº 2.780/2024, em tramitação no Senado Federal, que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. Segundo a entidade, diversos instrumentos previstos na proposta poderão contribuir para dar maior efetividade às diretrizes do PNM 2050, especialmente nas áreas de pesquisa mineral, desenvolvimento tecnológico, fortalecimento institucional e integração das cadeias produtivas.

Fortalecer a ANM

A nota também chama atenção para a necessidade de fortalecer a Agência Nacional de Mineração (ANM). De acordo com a associação, a efetividade das medidas previstas no plano dependerá da capacidade operacional da autarquia, que ainda enfrenta limitações relacionadas à disponibilidade de pessoal, orçamento, passivo regulatório, digitalização de processos e modernização da fiscalização.

Na avaliação da entidade, ampliar as atribuições da agência sem enfrentar esses desafios poderá comprometer a governança do setor mineral.

Ao concluir sua análise, a ABPM afirma que o cenário geopolítico internacional abre uma oportunidade para o Brasil ampliar sua participação nas cadeias globais de minerais estratégicos. Para a associação, no entanto, transformar esse potencial em desenvolvimento econômico dependerá da capacidade do Estado de executar as políticas públicas previstas, fortalecer a segurança jurídica e criar condições para ampliar os investimentos no setor.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - MAIS DE 4 MIL PRODUTOS PODEM SER AFETADOS POR NOVA TARIFA DOS EUA

De acordo com a CNI, se o governo americano levar adiante a ameaça, a taxa desses produtos chegará a 37,5%

Do Estadão Conteúdo



Cerca de 4.187 produtos exportados pelo Brasil aos EUA estão hoje submetidos à tarifa adicional temporária de 10% até dia 24 de julho. E a situação pode piorar

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) projetou nesta segunda-feira (6) que, caso o governo dos Estados Unidos adote as novas propostas de taxa contra o Brasil - de 25% e 12,5% - cerca de 4.187 produtos exportados pelo Brasil serão afetados, o equivalente a US\$ 14,9 bilhões em exportações.

Segundo a CNI, todos esses produtos estão hoje submetidos à tarifa adicional temporária de 10% prevista na Seção 122 da legislação comercial norte-americana, vigente até dia 24 de julho.

Nesta semana acontecem as audiências públicas para tratar de possíveis duas novas tarifas que produtos brasileiros podem sofrer: uma investigação especificamente sobre o Brasil que sugere sobretaxa de 25% e outra investigação sobre trabalho forçado onde o Brasil também está incluído e pode sofrer uma taxa de 12,5%.

Se as duas novas propostas forem adotadas, haverá um acréscimo de 27,5 pontos percentuais sobre esses bens, dos quais 62% são bens intermediários, utilizados como insumos em processos produtivos. Neste caso, a taxa contra o Brasil chegaria em 37,5%.

Entre os principais produtos que o Brasil exporta para os Estados Unidos que podem ser afetados pela tarifa acumulada de 37,5%, o Brasil atua como o principal fornecedor ao mercado norte-americano em 11.

Para o presidente da CNI, Ricardo Alban, novas tarifas contra o Brasil também vão elevar custos para empresas, consumidores e cadeias produtivas dos Estados Unidos. "O aumento das tarifas compromete uma relação comercial construída ao longo de décadas e prejudica empresas dos dois países. Estamos falando de cadeias produtivas altamente integradas, nas quais muitos produtos brasileiros são essenciais para a indústria norte-americana", explica.



Audiência pública

O embaixador brasileiro Roberto Azevêdo representará a CNI na audiência pública deste dia 7 de julho, em Washington (EUA), sobre a proposta de tarifa adicional de 25% contra produtos brasileiros. Dos 80 inscritos para falar na audiência, 66 devem se posicionar contra a medida.

“A imposição de uma tarifa adicional de 25% não se justifica sob os aspectos jurídico, econômico e estratégico. A CNI defende que o diálogo e a cooperação bilateral são o caminho mais adequado para preservar uma relação sólida entre os dois países”, reforça Alban.

Desistência

O influenciador Paulo Figueiredo, aliado do pré-candidato Flávio Bolsonaro (PL-RJ) nos Estados Unidos, desistiu de falar na audiência pública. Ele afirmou que o “foco da semana” deve ser a participação de Flávio na audiência e que decidiu enviar seus comentários por escrito ao USTR.

Figueiredo estava inscrito para discursar nesta segunda-feira, 6, no primeiro dia da audiência. Em documento enviado previamente ao USTR, ele defendeu que a ameaça do tarifaço favorece o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na disputa das eleições de 2026. Os argumentos e pedidos feitos pelo influenciador, aliás, são semelhantes aos que Flávio protocolou no mesmo órgão americano.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - TAXAS ATRAPALHAM AMERICANOS, DIZ AMCHAM

Do Estadão Conteúdo

Em audiência promovida pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (AmCham Brasil) argumentou que a proposta de aplicar sobretaxas de até 25% sobre determinados produtos brasileiros deve elevar custos para a indústria e os consumidores norte-americanos.

A entidade, que representa cerca de 3,5 mil empresas, afirmou ainda, por meio de nota, que taxas adicionais podem “desviar o comércio em favor de concorrentes asiáticos, ampliar o déficit comercial dos Estados Unidos com esses países e enfraquecer a influência econômica e comercial norte-americana no Brasil”.

De acordo com o comunicado, as importações norte-americanas do Brasil são concentradas em insumos industriais, bens intermediários, componentes de máquinas, químicos, produtos de energia, metais e minerais.

O texto da Amcham aponta que o Brasil representa mais de 20% do total importado pelos EUA em cerca de 40% das categorias de produtos não isentos de sobretaxas, incluindo itens como gorduras e óleos animais, produtos de madeira, tabaco, obras de pedra e gesso, celulose e papel, além de preparações alimentícias.

A organização listou áreas em que os dois governos podem alcançar progressos por meio de negociações, citando o acesso a mercados para insumos industriais, cooperação regulatória nos setores automotivo e de saúde, comércio digital e proteção à propriedade intelectual.

O documento cita ainda a oportunidade de parceria estratégica em minerais críticos no Hemisfério Ocidental.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

SUSTENTABILIDADE – OPINIÃO - QUANDO FALTAM DADOS, SOBRA INCERTEZA NA AMAZÔNIA



AUGUSTO CESAR BARRETO ROCHA

Augusto Cesar Barreto Rocha. Professor da Universidade Federal do Amazonas e consultor

opinioao@portalbenews.com.br

Há muitas incertezas sobre a seca de 2026 na Amazônia. Afinal, é fácil afirmar que haverá seca. O difícil é afirmar quão severa será, até mesmo porque o ciclo de cheia do Rio Negro em Manaus (AM) ainda não foi concluído e, pelo menos até aqui, o que é observado é algo rigorosamente na média ou um pouco acima dela. Entretanto, resultados médios não atraem atenção para a previsão do tempo ou das cheias e vazantes.

Existe um elemento de destaque que é a fumaça no ar de Manaus, o que demonstra que há queimadas aqui perto e que a chuva não dissipou nem o fogo, nem a fumaça. É lamentável voltar a perceber queimadas perto da capital do Amazonas. O El Niño foi escolhido como o grande vilão das secas severas de 2023 e 2024, porque havia um evento classificado como “Forte” (+1,5 a 1,9°C). Estas secas provocaram rios intransitáveis e restrições para navios de grande porte para Manaus, o que levou a sobrecustos logísticos superiores a R\$ 1,4 bilhão.

Muito foi feito para tentar entender estes fenômenos, mas pouco recurso público foi alocado para entender a questão. Até os recursos de monitoramento dos rios foram contingenciados, afinal, para os gestores públicos, em nome da “responsabilidade orçamentária”, é prudente parar a ciência. É um fenômeno estranho: nos momentos em que precisamos de mais pesquisa, o hábito brasileiro é interromper a pesquisa científica. Afinal, isso não tem visibilidade e crises climáticas dão a impressão de serem aleatórias, mesmo que não sejam.

Sem monitoramento, faltam dados. E o que foi feito: reduziu-se o monitoramento. Sem dados, não há como fazer planejamento. O desafio do País não é a falta de capital intelectual, mas a falta de capacidade de gastar recursos onde é necessário. O problema não são as crises climáticas que virão, mas a decisão de não fazer prevenção ou estudos dos impactos do clima. Depois gasta-se muito, mesmo sem orçamento, com as emergências. A região Amazônica segue sendo percebida como um fazendeiro ao invés de um bioma relevante, com mais de 25 milhões de habitantes e cerca de metade da área do País.

Com base em boletins e apresentações realizadas por pesquisadores do SGB (Serviço Geológico do Brasil) e do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), o Rio Negro já apresenta sinais de 1,5 metro abaixo do período do El Niño de 2015, que foi muito forte (Renato Senna, INPA), e o Rio Solimões, em Tabatinga, desce a um ritmo diário que se aproxima rapidamente das mínimas históricas (relatório do SGB de 30/06/2026). Estes são os sinais mais extremos, enquanto existem vários outros dentro da média histórica.

A imprevisibilidade por vezes amedronta. Mas o que me inquieta é o quanto não nos movemos como sociedade para pesquisar e entender a mudança climática e seus efeitos em nossas vidas. Estamos distraídos e concentrados no que não interessa. Estamos atentos com opiniões e humores, em shows e questões midiáticas que nos afastam seja do mundo real dos ônibus e das viagens infundáveis das cidades, seja do mundo que é possível prever. Estamos concentrados no que não interessa para não olharmos o que interessa. E assim a Amazônia segue como potencial, a seca trará oportunidades para uma grande crise e alguns poucos se aproveitarão dela, mas milhões pagarão por seu impacto em suas vidas e em seus bolsos.

Augusto Cesar Barreto Rocha é professor da Universidade Federal do Amazonas. Ele escreve semanalmente para o BE News, com seus textos publicados às terças-feiras.

O QUE ME INQUIETA É O QUANTO NÃO NOS MOVEMOS COMO SOCIEDADE PARA PESQUISAR E ENTENDER A MUDANÇA CLIMÁTICA E SEUS EFEITOS EM NOSSAS VIDAS. ESTAMOS DISTRAÍDOS E CONCENTRADOS NO QUE NÃO INTERESSA

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 07/07/2026

FINANÇAS - MERCADO FINANCEIRO REDUZ PREVISÃO DA INFLAÇÃO PARA 5,30% EM 2026

Taxa básica de juros foi mantida pelos analistas em 14%, enquanto o PIB permaneceu em 1,99% para este ano

Da Agência Brasil



Apesar de ter sido reduzido, a previsão de inflação permanece acima do teto da meta do Banco Central, de 4,5%

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) projetado pelo mercado financeiro para este ano foi reduzido para 5,30%, segundo o boletim Focus divulgado nesta segunda-feira (6) pelo Banco Central (BC). Na última semana, a estimativa era de 5,33%.

O índice, que é referência oficial da inflação no país, foi reduzido pela primeira vez após 16 semanas, mas o percentual permanece acima da meta que deve ser perseguida pelo BC, de 3%, com

intervalo de tolerância entre 1,5% e 4,5%, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Para 2027, a projeção da inflação permanece em trajetória de aumento, passando de 4,17% para 4,18% em relação à semana anterior. As estimativas para 2028 e 2029 se mantiveram estáveis em 3,7% e 3,5%, respectivamente.

A projeção da taxa básica de juros (Selic) para 2026 foi mantida pelos analistas em 14%, indicando que este ano haverá mais um corte sobre a atual taxa de 14,25% estabelecida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, no último dia 17 de junho. A próxima reunião do Copom deve ocorrer nos dias 4 e 5 de agosto.

A previsão da Selic para 2027 foi mantida em 12% ao ano, em relação à última projeção. Não houve alteração na taxa básica de juros esperada para os anos de 2028 e 2029, permanecendo as projeções da última semana em 10,5% e 10% ao ano.

A estimativa média de Produto Interno Bruto (PIB), que indica o crescimento da economia brasileira, permaneceu em 1,99% para este ano. Na projeção para 2027, o indicador, que resulta da soma dos bens e serviços produzidos no país, cresceu de 1,68%, para 1,69%. Para 2028 e 2029, o mercado financeiro manteve a estimativa do PIB em 2% para os dois anos.

No boletim Focus desta semana, a estimativa para a cotação do dólar, em 2026, foi mantida em R\$ 5,20. Para 2027, a projeção permaneceu em R\$ 5,58 e para 2028, em R\$ 5,35. A previsão para o câmbio em 2029 ficou estável em R\$ 5,40.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 07/07/2026

FINANÇAS - DÓLAR É COTADO A R\$ 5,13; BOLSA RECUA

Moeda americana registra terceira queda seguida, enquanto Ibovespa cai 0,93%

Da Agência Brasil



Com o resultado desta segunda-feira, o dólar acumula queda de 0,60% nos primeiros pregões de julho

O mercado financeiro teve um desempenho misto nesta segunda-feira (6). O dólar caiu pela terceira sessão consecutiva e fechou no menor nível em quase três semanas, mas a bolsa recuou, descolando-se das bolsas estadunidenses. O movimento ocorreu em um dia de agenda econômica esvaziada, com investidores ajustando posições e acompanhando o cenário internacional.

O dólar comercial encerrou esta segunda vendido a R\$ 5,132, menor fechamento desde 17 de junho. O Ibovespa, principal índice da B3, caiu 0,93%, aos 172.447,58 pontos, devolvendo parte dos ganhos acumulados na semana passada.

Sem indicadores econômicos relevantes no Brasil, o mercado de câmbio foi influenciado principalmente pelo ambiente externo e pela valorização de commodities (bens primários com cotação internacional) exportadas pelo país, como soja e minério de ferro, além do recorde recente nas exportações de carne.

Ao longo do dia, a moeda americana também perdeu força no exterior, o que contribuiu para ampliar os ganhos do real. O índice DXY terminou praticamente estável, após oscilar durante a sessão.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

COMUNICAÇÃO – OPINIÃO - QUEM ESCREVE A NARRATIVA DO SEU MERCADO?



CLARA LAFACE

Consultora em posicionamento e gestão de marca pessoal e em comunicação interna corporativa. Docente.

opinioao@portalbenews.com.br

Quando quem tem credibilidade se retira do debate, o espaço é ocupado por quem fala mais alto e, em mercados desacreditados, quem fala mais alto costuma ser justamente quem gerou o estigma. O silêncio das vozes qualificadas permite que a história do setor seja escrita pelos seus piores representantes.

Existe um conforto inegável em culpar forças externas pela má reputação de um setor. A regulação é falha, a cultura de mercado é predatória, a imprensa distorce, o público não entende a complexidade do negócio... e por aí vai. Cada uma dessas afirmações pode até ser verdadeira, mas todas funcionam como álibi. Explicar o porquê de uma percepção ruim consome menos energia do que trabalhar para mudá-la. E quanto maior o poder de quem se justifica, mais frágil fica o argumento.

A reputação de uma categoria é um fenômeno coletivo, construído ao longo de anos pelo comportamento de todos. Nenhum profissional limpa um estigma desses sozinho, mas essa limitação só serve de desculpa para quem tem pouca força. Quem comanda plataformas, verbas, equipes e tem voz ativa joga em outra escala. Essas lideranças têm as ferramentas para moldar narrativas e, frequentemente, escolhem não as usar. A responsabilidade pela imagem de um setor não se distribui igualmente: ela acompanha os recursos disponíveis para transformá-la.

Para diagnosticar o problema, precisamos entender o tipo de desconfiança em jogo, já que ela muda conforme o cenário:

- Setores com desconfiança estrutural: como Poder Judiciário, Mercado Financeiro ou Agronegócio.
- Áreas com resistência interna: funções vistas dentro das próprias empresas como meros obstáculos burocráticos.

– Crise de autoridade: quando a desconfiança recai sobre a liderança em si, fruto de um momento em que a sociedade questiona qualquer instituição.

O mecanismo do estigma varia, mas a origem é sempre a mesma: uma maioria agindo de forma questionável (o que define a média do mercado) e uma minoria qualificada que prefere o silêncio a disputar essa média.

Esse silêncio merece atenção porque costuma ser confundido com sobriedade. Não se expor parece uma postura segura de quem dispensa palcos para provar o próprio valor. Na prática, o efeito é o oposto. Quando quem tem credibilidade se retira do debate, o espaço é ocupado por quem fala mais alto e, em mercados desacreditados, quem fala mais alto costuma ser justamente quem gerou o estigma. O silêncio das vozes qualificadas permite que a história do setor seja escrita pelos seus piores representantes.

Mas há uma armadilha para quem decide falar. O primeiro impulso ao defender um setor malvisto é a reação defensiva: negar falhas, minimizar escândalos e atacar críticos. Isso só reforça o estigma, pois associa quem fala aos próprios causadores do problema. A autoridade real nasce do reconhecimento honesto do que não funciona, seguido de uma demarcação clara: “o mercado age assim, mas nós agimos assado”. Um diagnóstico franco traz credibilidade.

Cuidar da própria reputação pública ainda é visto por muitos executivos como vaidade ou exibicionismo, sendo logo descartado por quem prioriza “trabalho duro”. É um erro de enquadramento. A reputação de uma liderança é um ativo estratégico com impacto direto no negócio: ela reduz a percepção de risco, atrai talentos, abre portas com investidores e reguladores, e dá controle sobre a narrativa do setor. Capital reputacional deve ser gerido com o mesmo rigor de qualquer outro ativo. Deixá-lo à deriva custa caro, mesmo que esse valor não apareça no balanço.

Existe um motivo para esse ativo se concentrar em uma pessoa, e não na marca institucional. A comunicação corporativa carrega um interesse comercial óbvio e desperta desconfiança; o mercado sempre desconta o peso do que uma empresa diz porque sabe quem pagou a conta. Já a posição assumida pelo líder opera em outro patamar. Ela tem rosto, histórico verificável e CPF exposto ao erro. A percepção de um setor muda quando pessoas reais assumem o protagonismo público, não quando mais um comunicado à imprensa é disparado.

Por isso, a oportunidade em setores desacreditados é muito maior do que em mercados maduros e respeitados. Onde todos são vistos com desconfiança, a credibilidade é escassa — e o que é escasso vale mais. Tornar-se a referência confiável de um setor sob suspeita é uma das posições competitivas mais difíceis de serem contestadas pela concorrência. Os rivais costumam estar ocupados demais se defendendo ou repetindo os velhos erros que criaram a má fama. Quem ocupa esse espaço encontra um terreno livre e um público ansioso por alguém em quem confiar. O reposicionamento é, antes de tudo, um cálculo estratégico: há uma cadeira de autoridade vazia, esperando por quem chegar primeiro e souber se manter nela.

Esse trabalho não aceita improvisos. Ele exige:

- Posicionamento público sobre os temas difíceis do setor, inclusive os que a categoria prefere varrer para baixo do tapete.
- Consistência clara entre discurso e prática, definindo um padrão visível de conduta.
- Transparência deliberada naquilo que os concorrentes tentam esconder, transformando vulnerabilidade em diferencial.
- Elevação do nível do debate, abandonando os clichês retóricos que rebaixaram o setor.

Esqueça a discussão sobre o estigma do seu setor ser justo ou não. Ele provavelmente é injusto, mas reconhecer isso não diminui o trabalho necessário. Responda: quem está escrevendo a história da sua categoria enquanto você avalia se vale a pena participar? Alguém está escrevendo agora.

Na ausência de líderes com competência e credibilidade, o vazio é preenchido por quem tem menos escrúpulos e mais pressa. A percepção de um mercado é o resultado de escolhas acumuladas, e o silêncio de quem poderia elevá-lo é uma delas. Uma escolha que, ao contrário do estigma, está totalmente sob seu controle.

Clara Laface escreve para o BE News semanalmente, com seus artigos publicados sempre às terças-feiras.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

JUSTIÇA - EXÉRCITO ENTREGA ARMAS DE JAIR BOLSONARO À POLÍCIA FEDERAL

Por determinação do ministro Alexandre de Moraes, BPE entregou oito armas registradas em nome do ex-presidente

Da Agência Brasil



A ordem de Moraes foi proferida após a defesa ter informado que 8 das 11 armas registradas em nome de Bolsonaro estavam sob posse do Exército

O Batalhão de Polícia do Exército (BPE) informou nesta segunda-feira (6) ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que entregou à Polícia Federal (PF) as armas de fogo registradas em nome do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O batalhão também comunicou que duas das oito armas não foram entregues porque não estavam sob sua guarda.

A entrega foi determinada pelo ministro após a renovação da prisão domiciliar concedida ao ex-presidente.

De acordo com a defesa de Bolsonaro, todo o armamento do ex-presidente está guardado nas instalações do Exército.

O ministro havia determinado que o comando do Exército entregasse em até 48 horas à Polícia Federal todas as armas pertencentes ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

A ordem foi proferida após a defesa ter informado ao Supremo que 8 das 11 armas registradas em nome de Bolsonaro estavam sob posse do Exército. As outras duas já se encontram com a PF, de acordo com os advogados.

A 11ª foi apreendida em uma blitz, no mês passado, com um dos seguranças de Bolsonaro. O militar do Exército Estácio Leite da Silva Filho alegou que o armamento seria levado para conserto.

Na última sexta-feira (3), Moraes mandou revogar o registro de colecionador, atirador desportivo e caçador (CAC) de Bolsonaro. Apesar de a Polícia Civil do Distrito Federal não ter indiciado o ex-presidente, por entender que a arma está legalizada e que Bolsonaro não cometeu nenhum crime, o ministro decidiu que as armas devem ser apreendidas.

Domiciliar

A determinação foi dada na mesma decisão em que Moraes manteve Bolsonaro em prisão domiciliar humanitária. O ministro entendeu inexistir “falta grave” no episódio da arma apreendida que pudesse justificar eventual retorno ao regime fechado.



“Inexistindo a prática de qualquer falta grave durante o período em que o custodiado encontra-se em prisão domiciliar humanitária, não permanecem presentes os fatores impeditivos indicados”, argumentou. Moraes não fixou um prazo para o término da prisão domiciliar.

No ano passado, Bolsonaro foi condenado a 27 anos e 3 meses de prisão no processo da trama golpista. Em seguida, após passar por uma cirurgia, ele ganhou o direito de cumprir prisão domiciliar temporária por 90 dias. O ex-presidente se recupera de uma pneumonia bacteriana.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

JUSTIÇA - MAURO CID RECEBE CONVITE PARA LECIONAR

Defesa diz que ex-ajudante de ordens de Bolsonaro foi chamado ser professor na Espanha
Do Estadão Conteúdo

O tenente-coronel da reserva Mauro Cid recebeu um convite para atuar como professor visitante em um curso sobre defesa e segurança na Espanha. A informação foi publicada pela CNN Brasil e confirmada pelo Estadão junto à defesa do ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Condenado no processo da tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022 e delator da trama julgada pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), ele aguarda uma decisão da Corte sobre o reconhecimento de que já cumpriu integralmente a pena fixada em seu acordo de colaboração premiada. Ele foi condenado a dois anos em regime aberto.

A defesa contesta a decisão em que o ministro Alexandre de Moraes, relator, rejeitou contabilizar na execução penal o período em que Cid cumpriu medidas cautelares, tais como o recolhimento domiciliar à noite e o monitoramento por tornozeleira eletrônica.

Segundo os advogados, Cid enfrenta restrições à liberdade desde maio de 2023, por período de mais de dois anos e cinco meses, e as medidas produziram efeitos equivalentes ao cumprimento de pena.

O recurso cita como argumento entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Tema 1.155, de que o período de recolhimento domiciliar obrigatório noturno e em dias de folga deve ser descontado do tempo total da pena privativa de liberdade ou medida de segurança a ser cumprida, por comprometer a liberdade do acusado.

No mês passado, Moraes pediu manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre pedido de Mauro Cid para reconhecer a pena como cumprida.

Mauro Cid é doutor em Ciências Militares pelo Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior (Eceme), mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército Brasileiro e bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (Aman). Também tem especialização em Guerra Irregular e Ações de Comandos pelo Centro de Instrução de Operações Especiais do Exército Brasileiro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

JUSTIÇA - RAMAGEM DESAFIA STF E DIZ QUE SUA EXTRADIÇÃO “NÃO ACONTECERÁ”

Condenado no processo da trama golpista e foragido da Justiça brasileira, ex-diretor da Abin continua solto nos EUA

Do Estadão Conteúdo



Alexandre Ramagem (foto) relacionou as possibilidades de seu retorno ao Brasil a uma eventual vitória do senador Flávio Bolsonaro nas eleições

Condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no processo da trama golpista e foragido da Justiça brasileira, o deputado federal cassado e ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramagem afirmou no domingo, 5, que uma eventual extradição sua para o Brasil “não vai acontecer”.

Ramagem também acusou o Brasil de tentar removê-lo dos Estados Unidos, para onde fugiu, de forma irregular. “Como eles sabem que a extradição não vai acontecer, porque sabem que é uma farsa, eles tentaram me deportar clandestinamente”, afirmou à CNN Brasil no Estádio de Nova York/Nova Jersey, pouco antes da partida entre Brasil e Noruega.

O ex-diretor da Abin relacionou as possibilidades de seu retorno ao Brasil a uma eventual vitória do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência. “Com essa luta, vamos virar 2027, Flávio Bolsonaro, e a gente volta pro Brasil”, declarou. Ele disse que aguarda a análise de seu pedido de asilo político pelo governo dos EUA.

Ramagem foi condenado a 16 anos, um mês e 15 dias de prisão em regime inicial fechado por sua participação na trama golpista liderada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Ele foi enquadrado nos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado.

Segundo a acusação da Procuradoria-Geral da República (PGR), ele “preparou a narrativa difundida” por Bolsonaro sobre fraude nas urnas eletrônicas e comandou “espionagens ilegais baseadas em interesses particulares” do então presidente, “em flagrante desvio da estrutura brasileira de inteligência”. O Ministério Público o aponta como o principal artífice da retórica difundida por Bolsonaro de ataque às urnas e às instituições.

Mesmo proibido de deixar o País, ele saiu do Brasil em setembro do ano passado e teria viajado até Boa Vista (RR) e seguido por terra até a fronteira com a Venezuela ou a Guiana antes de embarcar para os EUA.

Detido

Em abril deste ano, o ex-diretor da Abin foi detido pelo Serviço de Imigração e Controle de Aduanas (ICE) dos EUA em Orlando após ser abordado em uma infração de trânsito, por estar em situação migratória irregular. Dois dias depois, foi colocado em liberdade sem pagamento de fiança.

O episódio resultou no afastamento do cargo do delegado Marcelo Ivo, que atuava como oficial de ligação da Polícia Federal em Miami. Os EUA determinaram sua saída do País alegando de que ele tentou “manipular” o sistema de imigração, “contornar pedidos formais de extradição” e “estender perseguições políticas ao território dos Estados Unidos”. Já a PF informou que a prisão de Ramagem “decorreu de cooperação policial internacional entre a Polícia Federal e autoridades policiais dos EUA”.

Além da condenação criminal no STF, a Mesa Diretora da Câmara determinou em dezembro do ano passado a perda do mandato de deputado federal de Ramagem pelas faltas acumuladas com sua fuga do Brasil. A mesma medida atingiu o ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que também reside nos EUA.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 07/07/2026

JUSTIÇA - PGR PEDE PARA FLÁVIO SER OUVIDO NA PF

Para isso, procuradoria quer que o inquérito contra o senador por calúnia volte à corporação
Do Estadão Conteúdo

A Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu nesta segunda-feira, 6, que o inquérito contra o senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) por suposta calúnia contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) volte à Polícia Federal (PF) para que o parlamentar seja ouvido.

Após a oitiva, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, pediu nova vista dos autos para se manifestar sobre o relatório conclusivo da investigação.

A manifestação ocorre após a PF concluir, em relatório encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF) no último dia 26, que Flávio cometeu o crime de calúnia contra Lula. Gonet afirmou que a oitiva do senador é uma medida de “especial relevância”, sobretudo diante da possibilidade de retratação, que, nos casos de calúnia e difamação, pode isentar o investigado da pena.

O inquérito foi instaurado em abril pelo ministro Alexandre de Moraes para investigar uma publicação feita por Flávio em 3 de janeiro, quando Nicolás Maduro foi capturado pelos Estados Unidos.

Na postagem, o senador publicou uma foto do ex-presidente venezuelano e o print de uma manchete sobre a reação do governo brasileiro à captura e escreveu: “Lula será delatado. É o fim do Foro de São Paulo: tráfico internacional de drogas e armas, lavagem de dinheiro, suporte a terroristas e ditaduras, eleições fraudadas...”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

JUSTIÇA - TJS TÊM DOIS DIAS PARA EXPLICAR VIOLAÇÕES SOBRE PENDURICALHOS

Ministros do STF querem explicações sobre pagamentos irregulares em Tribunais de Justiça de sete Estados

Do Estadão Conteúdo



Segundo o ministro Flávio Dino, o descumprimento da ordem sobre os penduricalhos pode resultar em afastamento do cargo dos presidentes dos TJs

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e Flávio Dino determinaram nesta segunda-feira, 6, que os presidentes dos Tribunais de Justiça de sete Estados prestem informações detalhadas, em até dois dias, sobre os pagamentos de penduricalhos de forma irregular, sob pena de afastamento das diretorias das respectivas instituições.

A ordem foi direcionada aos tribunais do Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rondônia. Segundo reportagem publicada pela Folha de S.Paulo, essas unidades violaram a decisão do STF que limitou os pagamentos de verbas remuneratórias e indenizatórias ao máximo de 70% do teto do funcionalismo público, o que equivaleria a aproximadamente R\$ 78 mil.

Os despachos de Dino e Moraes foram idênticos ao requisitarem as informações, mas com a diferença de que o primeiro ministro foi mais incisivo ao mencionar a possibilidade de destituição dos presidentes dos TJs que tiverem violado as regras definidas pelo Supremo. Moraes mencionou o afastamento do cargo apenas na hipótese de não serem fornecidos os dados exigidos.



“A configuração de qualquer tipo de descumprimento às determinações do STF, quanto aos limites estabelecidos, poderá ensejar afastamento do cargo e promoção da responsabilidade penal, civil e disciplinar”, escreveu Dino.

Essas Cortes, no entanto, teriam pagado valores superiores a R\$ 400 mil a alguns juízes em maio. Moraes exige que as chefias dos TJs detalhem os valores e verbas pagas a cada magistrado da ativa e aposentado, bem como aos pensionistas, nos meses de abril, maio, junho e julho deste ano. As informações deverão ser prestadas de forma individualizada e com comprovantes dos pagamentos realizados.

Retroativo

Como revelou o Estadão, em outro movimento de burla à decisão do STF que limitou os pagamentos de penduricalhos, o corregedor nacional de Justiça, Mauro Campbell, autorizou os tribunais do País inteiro a pagarem valores retroativos do Adicional por Tempo de Serviço (ATS).

Ocorre, contudo, que a decisão foi dada antes mesmo que o Supremo encerrasse o julgamento dessa questão e num momento em que este tipo de medida estava proibida.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

JUSTIÇA - FACHIN REJEITA RECURSO DA ALEP

Presidente do STF manteve suspensão votação sobre cassação do deputado Renato Freitas

Do Estadão Conteúdo

O ministro do Supremo Tribunal Federal do Brasil (STF) Edson Fachin negou um recurso apresentado pela Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) e manteve suspensão a votação do pedido de cassação contra o deputado estadual Renato Freitas (PT-PR) na Casa.

A decisão é monocrática e ainda está sujeita à validação dos demais ministros. A Alep levou o caso ao STF depois que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso e manteve liminar do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) pela suspensão da votação. O plenário da Alep havia marcado a análise do processo de cassação para o dia 16 de junho.

O processo está sob sigilo. Em nota, a Alep informou ao Estadão que vai aguardar o referendo da decisão de Fachin pelo plenário do STF.

“A Assembleia respeita a decisão, mas entende que a questão deve ser analisada pelo Plenário da Corte, especialmente porque a Procuradoria-Geral da República se manifestou favoravelmente ao recurso apresentado pela Casa. Por esse motivo, recorrerá para que o caso seja apreciado pelo conjunto dos ministros do Supremo Tribunal Federal”, afirma o comunicado.

Em maio, o Conselho de Ética da Alep decidiu pela cassação do mandato do deputado por quebra de decoro parlamentar em razão de uma briga de rua, no Centro de Curitiba, que aconteceu em novembro de 2025. As agressões físicas entre ele e o manobrista Wesley de Souza Silva foram registradas em vídeos. O deputado diz ser vítima de “perseguição política sistemática” e afirma tratar-se de um “jogo de cartas marcadas”.

O parecer pela cassação de Renato Freitas foi apresentado pelo deputado Márcio Pacheco (Republicanos-PR), que está envolvido em episódio da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que gerou outra punição a Freitas.

A suspeição dele foi apontada em voto separado do deputado Doutor Antenor (PT-PR), que também argumentou que, durante a briga, Renato não estava no exercício do mandato. Em voto separado, o petista sugeriu penas mais brandas, mas foi voto vencido.

A denúncia contra Freitas foi apresentada por quatro vereadores de Curitiba e três deputados estaduais. Renato alegou que atuou para cessar uma possível agressão e defender a mãe de sua filha.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

INTERNACIONAL - BRASIL DEVE ENVIAR CIRURGIÕES PLÁSTICOS PARA A VENEZUELA

Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica organiza missão humanitária para ajudar sobreviventes dos terremotos

Do Estadão Conteúdo



O objetivo é atuar na fase seguinte aos resgates, quando começam os atendimentos a pacientes com lesões que exigem reconstrução e reabilitação

A Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP) informou que está organizando uma missão humanitária para prestar atendimento às vítimas dos terremotos que atingiram a Venezuela.

Mais de 50 cirurgiões plásticos brasileiros já se voluntariaram para integrar a iniciativa, que aguarda retorno do governo brasileiro e das autoridades venezuelanas para ser colocada

em prática.

Segundo a entidade, o objetivo é atuar na fase posterior às operações de resgate, quando começam os atendimentos a pacientes com lesões que exigem reconstrução e reabilitação. A expectativa é que a equipe seja formada de acordo com as principais demandas, como reconstrução de partes moles, tratamento de queimaduras e fraturas de face.

Em nota, a SBCP informou que entrou em contato com o Ministério da Saúde, com a diplomacia brasileira e com a Sociedade Venezuelana de Cirurgia Plástica para colocar a experiência dos profissionais brasileiros à disposição das vítimas.

A presidente da entidade venezuelana, Coralina de Almeida, respondeu à SBCP afirmando que a colaboração dos médicos brasileiros será importante na etapa de reconstrução dos pacientes após a conclusão das operações de busca e salvamento.

A sociedade médica também iniciou uma campanha de arrecadação de recursos para viabilizar a missão. Entre as possibilidades em estudo está a realização das cirurgias reconstrutoras em um hospital de campanha da Marinha do Brasil ou em Boa Vista (RR), caso a logística seja confirmada.

“A cirurgia plástica reparadora desempenha um papel fundamental em situações de desastres, auxiliando no tratamento de ferimentos complexos, queimaduras e outras lesões traumáticas. Mais do que reconstruir tecidos, nosso trabalho é promover a reabilitação dos pacientes, devolvendo função, qualidade de vida e esperança. A solidariedade se fortalece quando colocamos nossa experiência a serviço de quem mais precisa”, afirma o presidente da SBCP, Marcelo Sampaio.

Organização

A entidade ressaltou, porém, que a missão ainda não foi oficializada. Segundo a SBCP, a logística está em organização e depende do retorno do governo brasileiro e da Sociedade Venezuelana de Cirurgia Plástica.



Os terremotos que atingiram a Venezuela em 24 de junho já deixaram pelo menos 3.342 mortos e 16.740 feridos, segundo o balanço oficial divulgado no domingo, 5. O Brasil já enviou ao país cerca de seis toneladas de vacinas, medicamentos e insumos de saúde, em uma operação coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

INTERNACIONAL - SÁNCHEZ RECONHECE VITÓRIA DE FUJIMORI

Candidato derrotado no Peru chegou a contestar o resultado da eleição, mas recuou

Do Estadão Conteúdo

O candidato de esquerda Roberto Sánchez reconheceu, nesta segunda-feira, 6, a vitória da direita Keiko Fujimori nas eleições presidenciais do Peru.

Os partidos Ahora Nación, Partido Cívico Obras e Juntos por el Perú afirmaram, em comunicado conjunto assinado por representantes das legendas, incluindo Sánchez, que “a democracia exige respeito às instituições, mas também exige a defesa da verdade”, e reconheceram que o Júri Nacional de Eleições (JNE) proclamou oficialmente o resultado do pleito.

Nas últimas semanas, Sánchez ameaçou contestar o resultado da eleição e chegou a apresentar um recurso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no qual questionava a vitória de Fujimori.

Na última sexta-feira, 3, a autoridade eleitoral peruana proclamou a candidata do partido Fuerza Popular como presidente eleita.

Ela obteve 50,135% dos votos, o equivalente a 9.223.396 votos, enquanto Sánchez recebeu 49,865%, ou 9.173.755 votos, segundo o Escritório Nacional de Processos Eleitorais (ONPE).

Apesar de reconhecer a vitória de Fujimori, Sánchez afirmou que “isso não implica renunciar ao direito de apontar e denunciar as irregularidades ocorridas durante o processo eleitoral”, que, segundo ele, foram de conhecimento público e afetaram a eleição.

Fujimori receberá suas credenciais em 15 de julho e assumirá a presidência em 28 de julho, sucedendo o presidente interino José María Balcázar. Seu mandato irá até 2031.

“Recebo com profunda gratidão a confiança que milhões de peruanos depositaram em mim. Começa uma nova etapa. Assumimos essa responsabilidade com humildade e um profundo senso de dever”, escreveu a presidente eleita no X após a proclamação.

O Peru teve oito presidentes diferentes desde 2016. Vários deles foram destituídos pelo Congresso ou renunciaram antes de sofrer o mesmo destino.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026

INTERNACIONAL - RUTTE COBRA PLANOS DE MEMBROS DA OTAN PARA GASTO COM DEFESA

Secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte disse que países precisam mostrar como vão cumprir a nova meta

Do Estadão Conteúdo

O secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), Mark Rutte, cobrou nesta segunda-feira (6) que os países-membros apresentem “planos claros, concretos e críveis” para

cumprir a nova meta de gastos com defesa durante a cúpula da aliança, que começa nesta terça-feira, 7, em Ancara, na Turquia.

Na véspera do encontro, Rutte afirmou que os 32 integrantes precisam demonstrar como alcançarão o objetivo de destinar 5% do Produto Interno Bruto (PIB) à defesa - sendo 3,5% para despesas militares e 1,5% para infraestrutura estratégica, como estradas, pontes e portos.



Rutte afirmou que os 32 integrantes precisam demonstrar como alcançarão o objetivo de destinar 5% do Produto Interno Bruto (PIB) à defesa

A Espanha apoiou a meta, mas argumentou que pode atender às exigências da Otan sem elevar os gastos a esse nível, enquanto alguns países ainda não atingiram o antigo objetivo de 2% do PIB.

Questionado sobre eventuais membros sem um plano concreto, Rutte respondeu que, “se um ou dois ainda precisarem ser convencidos, temos maneiras de fazer isso”, sem detalhar quais seriam.

A reunião ocorre em meio à pressão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para que os aliados ampliem rapidamente os investimentos em defesa. Na semana passada, o embaixador americano na Otan, Matthew Whitaker, afirmou que Trump espera que todos os integrantes “entrem imediatamente no caminho dos 5% e façam isso com urgência”. Whitaker também indicou

Rutte afirmou que os sinais já são positivos e estimou que os aliados europeus e o Canadá investirão, juntos, US\$ 258 bilhões adicionais em defesa em 2025 em relação aos anos anteriores. Ainda assim, Trump segue cobrando maior “lealdade” dos parceiros e tem criticado países que se recusaram a autorizar o uso de bases militares na campanha dos EUA e de Israel contra o Irã. O governo americano também defende a chamada “Otan 3.0”, modelo em que a Europa assume maior responsabilidade por sua própria defesa.

A cúpula ocorre em meio a alertas de governos europeus sobre o risco de ataques híbridos da Rússia. A aliança deve anunciar novos projetos militares, incluindo a renovação de sua frota de aeronaves de vigilância AWACS. Em relatório divulgado nesta segunda-feira, o Mecanismo Europeu de Estabilidade (ESM) afirmou que a meta de gastos é viável, mas advertiu que o reforço da defesa financiado por dívida se tornou uma das principais questões fiscais da década.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 07/07/2026

INTERNACIONAL - TRUMP VOLTA A ATACAR GIORGIA MELONI

Presidente compartilha foto com a líder italiana e escreve que é preciso ordem de restrição
Do Estadão Conteúdo

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, voltou a mirar a primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, em uma publicação na Truth Social às vésperas da cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), que começa nesta terça-feira, 7, em Ancara (Turquia). Sem texto adicional, Trump compartilhou uma foto em que Meloni aparece olhando para ele durante um encontro e escreveu, em letras maiúsculas: “É NECESSÁRIA UMA ORDEM DE RESTRIÇÃO”.

A postagem amplia a série de ataques públicos de Trump à premiê italiana nas últimas semanas, período em que os dois trocaram críticas sobre a relação bilateral e o papel da Itália na aliança militar.

No mês passado, Trump afirmou que Meloni teria “implorado” por uma foto durante a cúpula do G7, declaração classificada pela líder italiana como “completamente inventada”. Posteriormente, o republicano voltou a criticá-la, alegando que sua popularidade estaria em queda e acusando Roma de não colaborar com os EUA na campanha militar contra o Irã, especialmente ao negar o uso de bases italianas. Meloni respondeu que os ataques eram “constantes e injustificados” e ressaltou que “a Itália continua a ser uma nação soberana”.

A nova provocação ocorre em um momento delicado para a Otan. Trump tem pressionado os aliados a elevar os gastos com defesa para 5% do Produto Interno Bruto (PIB) e cobrado maior “lealdade” dos países-membros. Na véspera da reunião da aliança, o secretário-geral da Otan, Mark Rutte, pediu que os integrantes apresentem planos “claros, concretos e críveis” para cumprir a meta de investimentos militares.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/07/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

EM AUDIÊNCIA NOS EUA, FLÁVIO BOLSONARO AGORA DEFENDE PIX DIANTE DE AMEAÇA DE NOVAS TARIFAS SOBRE O BRASIL

Senador pediu que plataforma fique fora de eventuais sanções contra o Brasil; em documento enviado ao órgão, sugeriu impedir integração do Pix a sistemas de pagamentos de países não ocidentais

Por O GLOBO — Rio



Flávio Bolsonaro pede aos EUA que retirem Pix da mira de tarifas durante audiência no USTR. — Foto: Cristiano Mariz

Durante sua participação no segundo dia da audiência pública promovida pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), o senador e pré-candidato à Presidência pelo PL, Flávio Bolsonaro, pediu ao governo americano que o Pix não seja incluído entre os alvos de eventuais sanções comerciais contra o Brasil.

A audiência discute a possível adoção de tarifas e outras medidas comerciais contra produtos brasileiros.

Segundo uma pessoa presente na sessão, que falou sob condição de anonimato, Flávio Bolsonaro, primeiro a discursar no painel de abertura do dia, afirmou que o Pix foi uma criação do governo de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro. O senador também argumentou que o sistema “não é um problema”, pois teria ampliado a inclusão financeira ao “trazer os pobres para o sistema”, além de funcionar como um “complemento ao sistema de pagamentos dos Estados Unidos”.

Na manifestação escrita enviada ao USTR antes da audiência, Flávio chegou a propor que o Brasil aprovasse uma legislação para impedir a integração do Pix a sistemas internacionais de liquidação de pagamentos de países não ocidentais. Segundo o senador, essa seria uma alternativa mais eficaz do que a imposição de tarifas para responder às preocupações americanas em relação ao sistema de pagamentos.

A defesa do Pix ocorre em meio à intensificação da interlocução da família Bolsonaro com integrantes do governo Donald Trump sobre a investigação comercial aberta pelos Estados Unidos contra o Brasil. Nas últimas semanas, Flávio esteve em Washington, onde se reuniu com autoridades americanas e recebeu uma resposta do secretário de Estado, Marco Rubio, a uma carta enviada pelo senador.

No documento, Rubio agradece a oferta feita por Flávio para que representantes do governo americano participassem de uma eventual equipe de transição caso o senador seja eleito presidente em outubro e afirma esperar trabalhar com uma futura administração Bolsonaro. Ao mesmo tempo, o secretário reafirma as críticas de Washington a políticas adotadas pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva e sinaliza a continuidade das investigações comerciais conduzidas pelo USTR.

Paralelamente, o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro intensificou sua atuação nos Estados Unidos em defesa de medidas da administração Trump relacionadas ao Brasil, mantendo interlocução com integrantes do governo americano durante o avanço da investigação comercial. Em junho deste ano, Eduardo chegou a sugerir a troca do Pix pelo sistema americano Zelle, recebendo fortes críticas nas redes sociais.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 07/07/2026

EFEITO DO TARIFAÇO: FATIA DOS EUA NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS TOMBA A MENOR PATAMAR HISTÓRICO NO 1º SEMESTRE

Apenas 9,4% das vendas do Brasil para o exterior foram para o país, segundo a Amcham Brasil. Produtos sobretaxados puxaram queda

Por Glauce Cavalcanti — Rio



Adoção de tarifas pelos EUA derrubou as exportações do Brasil ao país ao menor patamar histórico, segundo Amcham. Possibilidade de taxaço adicional traz incerteza — Foto: Brendan SMIALOWSKI / AFP

O tarifaço de Donald Trump fez as exportações do Brasil para os Estados Unidos no primeiro semestre deste ano recuarem ao menor patamar histórico, segundo levantamento feito pela Amcham Brasil, para US\$ 17,4 bilhões ou 13% menos que em igual período de 2025.

Com isso, a fatia de vendas do comércio internacional brasileiro abocanhada pelos americanos recuou a 9,4%, o mais baixo índice desde o início da série em 1997.

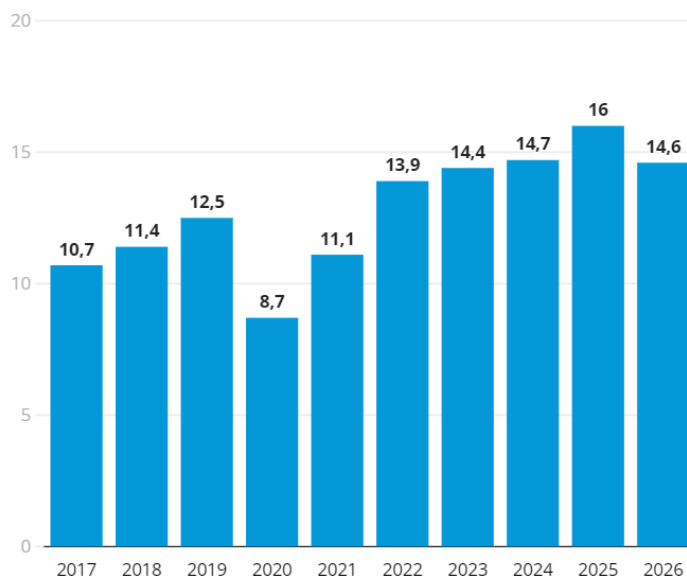
Ao todo, as transações comerciais entre os dois países caíram 12,8% na comparação com janeiro a junho de 2025, a US\$ 36,4 bilhões. Em paralelo, o Brasil ampliou em 11,5% suas exportações globalmente, com um salto em remessas para parceiros relevantes, a exemplo de China, com alta de 21,9%, e União Europeia, de 12,8%.

Num momento em que o Representante Comercial dos EUA (USTR, na sigla em inglês) discute se vai ampliar tarifas adicionais ao Brasil a partir do próximo dia 15, Abrão Neto, presidente da Câmara de Comércio americana no Brasil, afirma que esses dados demonstram o efeito do tarifaço de Donald Trump sobre o comércio entre os dois países.

“O primeiro semestre confirma que o comércio bilateral atravessa um período de forte pressão e reforça a necessidade de um acordo que evite a aplicação de novas tarifas no âmbito da investigação da Seção 301”, disse em nota. “Caso sejam implementadas, as sobretaxas poderão comprometer ainda mais as trocas entre Brasil e Estados Unidos”, acrescentou.

Exportações da indústria de transformação para os EUA

(No primeiro semestre, em US\$ bilhões)



Fonte: Amcham Brasil

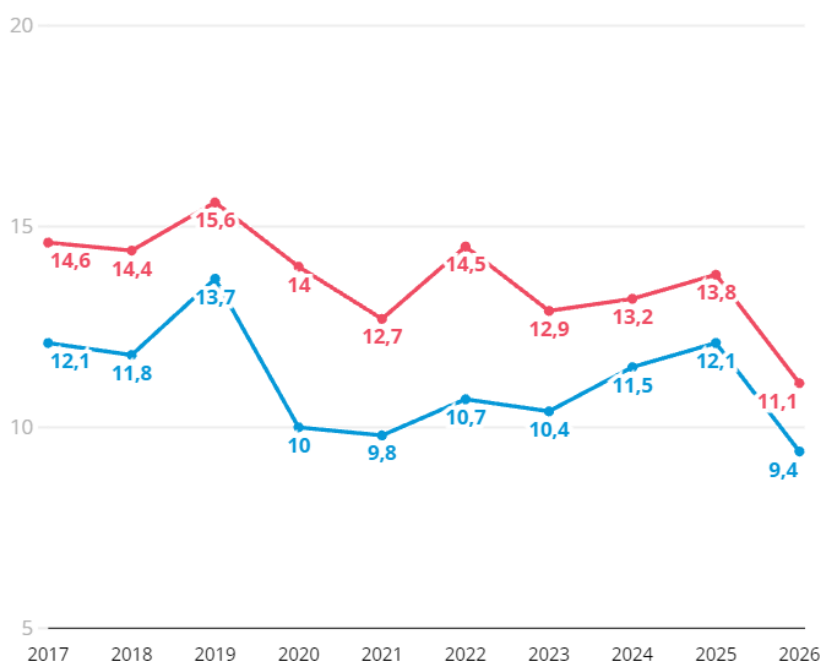
Reco maior em categorias com tarifa

A maior parte da queda nas exportações brasileiras, aponta o levantamento da Amcham, está concentrada em bens que foram sobretaxados pelo governo americano. Os produtos que foram alvo de tarifação registraram recuo de 16,6% nas exportações, enquanto aqueles que não sofreram taxaão tiveram recuo de 8,7%.

Participação dos EUA no comércio internacional Brasileiro

EM %

— Exportações — Corrente comercial



Fonte: Amcham Brasil

Na direção contrária, as importações feitas pelo Brasil dos EUA encolheram em 12,5% no período, em movimento puxado principalmente pela retração em máquinas e motores, que teve queda de 76%, o

equivalente a menos US\$ 2,7 bilhões, e aeronaves e partes, com recuo de 14,6%, ou US\$ 100 milhões.

Em junho, o comércio começou a dar sinais de retomada. O horizonte adiante, porém, calcula a Amcham é de incerteza, considerando a possível taxa adicional de importações brasileiras pelo USTR, além do conflito no Oriente Médio que onera produtos derivados de óleo e gás.

No mês passado, após dez meses consecutivos de queda puxada pelas tarifas impostas em agosto por Trump, as exportações do Brasil para os EUA subiram 3,7% em valor, enquanto em volume houve decréscimo. Ainda assim, as vendas de metade dos dez principais produtos brasileiros para os Estados Unidos no primeiro semestre subiram, com as principais altas em aeronaves (32,9%), carne bovina (41,0%), óleos combustíveis (13,7%), equipamentos de engenharia (23,8%) e máquinas de energia elétrica (16,0%).

A Amcham frisa que os itens sobretaxados seguiram registrando recuo em exportações para o mercado americano.

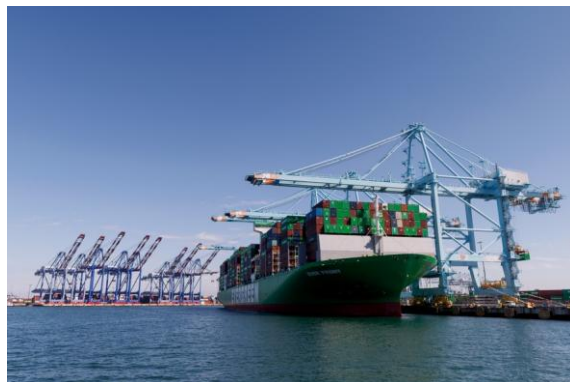
Fonte: O Globo - RJ

Data: 07/07/2026

TRÊS DIAS DE DEPOIMENTOS, 60 PAÍSES ENVOLVIDOS: COMO SERÁ A AUDIÊNCIA DO TARIFAÇO DE TRUMP

Começa nesta terça-feira os painéis para discutir sobretaxa proposta pelo governo americano com base em suposto uso de trabalho forçado. Diplomatas e lobbies empresariais vão apresentar argumentos

Por Laura Curtis e Alicia Diaz, Em Bloomberg — Washington



Um navio porta-contêineres no Porto de Los Angeles, nos EUA: audiência de três dias sobre plano dos EUA de impor tarifas a importantes parceiros comerciais começa nesta terça-feira — Foto: Eric Thayer/Bloomberg

Uma audiência de três dias sobre o mais recente plano do Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) para impor tarifas a importantes parceiros comerciais começa nesta terça-feira, em Washington.

Em março, os EUA abriram uma investigação sobre as políticas de proibição de produtos ligados ao trabalho forçado adotadas por 60 países. A apuração foi baseada em uma lei que autoriza a aplicação de tarifas contra nações consideradas responsáveis por impor barreiras injustas ao comércio americano.

Esse fundamento jurídico é visto como mais sólido do que o uso de poderes de emergência pelo presidente Donald Trump no ano passado para implementar tarifas que foram consideradas ilegais pela Suprema Corte dos EUA em fevereiro.

No início de junho, o USTR concluiu que todas as economias investigadas deixaram de “adotar e aplicar de forma efetiva uma proibição à importação de produtos relacionados ao trabalho forçado”. Como consequência, o órgão recomendou que as mercadorias importadas desses países para os Estados Unidos sejam submetidas a uma tarifa adicional de 10% ou 12,5%.

Como parte do processo, dezenas de representantes de empresas, entidades e outros grupos interessados apresentarão seus argumentos — favoráveis ou contrários às tarifas — às autoridades comerciais dos EUA.



Integrantes da Casa Branca já deixaram claro que pretendem usar as investigações sobre trabalho forçado e outros temas como base para restabelecer as tarifas de importação aos níveis praticados durante as medidas de emergência adotadas pelo presidente Donald Trump. Enquanto isso, o governo mantém em vigor uma tarifa global temporária de 10%, cuja validade expira no fim deste mês.

Também nesta semana, o USTR realiza uma audiência separada para analisar políticas e práticas do Brasil. O senador Flávio Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, deve prestar depoimento nesta terça-feira.

A expectativa é que ele peça ao governo Trump que não imponha novas tarifas sobre as exportações brasileiras antes das eleições de outubro nem adote medidas contra o Pix, sistema de pagamentos instantâneos amplamente utilizado no país.

Em documento enviado ao USTR, Flávio Bolsonaro afirmou que "as tarifas propostas recompensariam justamente aqueles que deveriam ser punidos". Segundo ele, as medidas acabariam beneficiando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja popularidade aumentou após apresentar as pressões anteriores dos Estados Unidos como um ataque à soberania brasileira.

Confira abaixo a pauta das audiências em cada dia:

Na terça-feira

Abrindo a série de audiências sobre trabalho forçado, o Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR) ouvirá um painel de autoridades governamentais, entre elas Ernesto Acevedo Fernández, do México, que apresentará argumentos sobre "como o mecanismo de trabalho forçado do USMCA aplicado pelo México garante a efetiva fiscalização da proibição de importações relacionadas ao trabalho forçado".

Diplomatas e autoridades comerciais de Chile, Equador, Guatemala, Guiana, Honduras e Peru também estão programados para participar.

O segundo painel desta terça-feira contará com representantes da American Line Pipe Producers Association e da Steel Manufacturers Association. As entidades defenderão a adoção de tarifas para conter o que classificam como uma enxurrada de importações de produtos siderúrgicos e bens que contêm aço, impulsionada, em parte, por padrões trabalhistas considerados insuficientes e pela ausência de proibições à importação de produtos fabricados com trabalho forçado.

Já o American Petroleum Institute pedirá ao USTR que retire as tarifas sobre insumos industriais considerados essenciais para a indústria de petróleo e gás. Segundo o grupo de lobby, esses produtos não têm qualquer relação com trabalho forçado e "simplesmente não podem ser obtidos no mercado doméstico, seja porque não são produzidos nos Estados Unidos, seja porque não existem em quantidade suficiente para atender à indústria responsável por cumprir a meta do governo Trump de alcançar a predominância energética dos EUA".

Mais tarde, um ex-integrante do USTR argumentará que essas investigações distorcem a finalidade original da Seção 301 da Lei de Comércio de 1974, segundo o depoimento preparado e obtido pela Bloomberg News.

— Altos integrantes do governo descreveram o objetivo dessas investigações não como uma forma de enfrentar 'atos, políticas e práticas' que prejudiquem o comércio dos Estados Unidos, mas sim de restabelecer as tarifas definidas pelos decretos de emergência do IEEPA, considerados ilegais no ano passado — afirmou Ed Gresser, atualmente vice-presidente e diretor de Comércio e Mercados Globais do Progressive Policy Institute.

Gresser também deverá sustentar que o relatório do USTR não comprova que as economias listadas importem produtos fabricados com trabalho forçado nem que imponham prejuízos ao comércio americano.



— Por isso, as tarifas recomendadas — que representariam cerca de US\$ 100 bilhões por ano em novos custos para os americanos — são inadequadas e não deveriam ser mantidas — disse.

Na quarta-feira

Na quarta-feira, a Coalition for Fair Trade in Seafood defenderá a aplicação de uma tarifa adicional mais elevada sobre produtos pesqueiros provenientes do Vietnã, especialmente os ligados à indústria de processamento. Segundo a entidade, esse segmento é particularmente vulnerável ao uso de trabalho forçado e trabalho infantil.

Representantes da Índia, Jordânia e Paquistão também estão programados para participar das audiências.

O representante paquistanês deverá argumentar que as recomendações do USTR são "desproporcionais, diante da ausência de evidências de trabalho forçado em produtos exportados pelo Paquistão e da adoção, pelo país, de uma proibição à importação de bens produzidos com trabalho forçado".

Organizações de direitos humanos, entre elas a China Labor Watch, também prestarão depoimento. A entidade defenderá que "qualquer tratamento tarifário preferencial, incluindo o mecanismo proposto para o setor têxtil ou outros mecanismos específicos por setor, seja concedido apenas a produtos que possam ser comprovadamente e de forma independente certificados como livres de trabalho forçado".

Na quinta-feira

As audiências serão encerradas na quinta-feira com depoimentos da Footwear Distributors & Retailers of America, do National Council of Textile Organizations e da American Cotton Producers.

Também participarão representantes dos governos da Coreia do Sul, Sri Lanka e África do Sul. Um representante do Vietnã deverá contestar a conclusão do USTR de que o país "não adotou nem aplicou de forma eficaz medidas para combater produtos associados ao trabalho forçado".

Por fim, as autoridades comerciais dos Estados Unidos ouvirão representantes de diferentes setores da economia americana, incluindo a American Trailer Manufacturers Coalition, a fabricante de utensílios de cozinha Le Creuset, a Cigar Association of America e empresas do setor de dispositivos médicos.

Em documento apresentado ao USTR, a Le Creuset destacou que emprega quase 800 pessoas nos Estados Unidos, embora não fabrique suas panelas no país. Segundo a empresa, seus utensílios de ferro fundido esmaltado "não representam qualquer risco para a indústria manufatureira americana, uma vez que não existe produção doméstica comparável de panelas premium de ferro fundido esmaltado capaz de atender à demanda".

Fonte: O Globo - RJ
Data: 07/07/2026

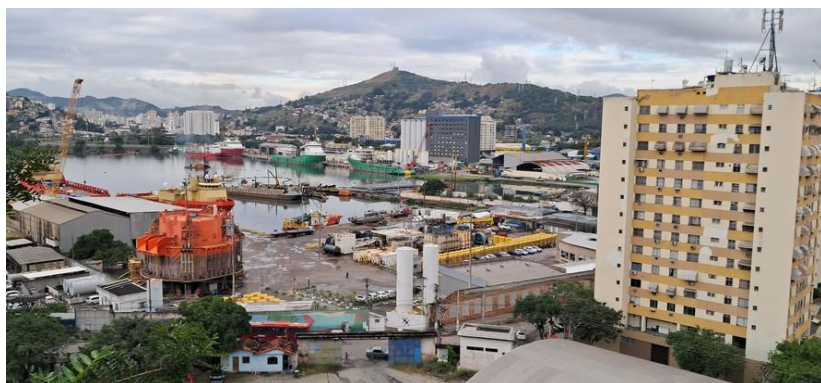
NITERÓI VOLTA AO MAPA DA INDÚSTRIA NAVAL COM CONSTRUÇÃO DE QUATRO NAVIOS E ATÉ 1.500 EMPREGOS

Contrato de US\$ 280 milhões marca retomada de fôlego da indústria naval na cidade, com embarcações destinadas ao transporte de combustíveis

Por Rafael Timileyi Lopes — Rio de Janeiro

Depois de mais de uma década marcada pelo esvaziamento da indústria naval, Niterói volta a ocupar posição estratégica no setor com a construção de quatro navios-tanque da classe Handy no estaleiro Mac Laren, na Ponta d'Areia. O contrato, avaliado em cerca de US\$ 280 milhões — aproximadamente US\$ 70 milhões por embarcação — deverá gerar até 1.500 empregos diretos e indiretos e reacende

as expectativas de recuperação de uma cadeia produtiva que, durante décadas, foi uma das principais responsáveis pela economia do município.



O estaleiro Mac Laren conduz projeto de US\$ 280 milhões — Foto: Rafael Timileyi Lopes

As embarcações serão utilizadas no transporte de derivados de petróleo, como diesel, gasolina, querosene de aviação e combustíveis marítimos, atuando principalmente na navegação de cabotagem entre portos brasileiros e em operações fluviais. O projeto integra o movimento de renovação da frota nacional impulsionado pelas encomendas da Petrobras e da Transpetro, estratégia que busca ampliar a capacidade logística do país e reduzir a dependência de embarcações estrangeiras.

Embora a fabricação dos blocos estruturais tenha sido iniciada em um estaleiro no Rio Grande do Sul, será em Niterói que os navios ganharão forma definitiva. Depois de concluídas as estruturas metálicas, as embarcações seguirão para o estaleiro Mac Laren, onde receberão sistemas de propulsão, equipamentos elétricos, automação, instrumentos digitais e toda a integração tecnológica necessária antes da fase final de testes de navegação.

Geração de empregos

Segundo o diretor de Infraestrutura do estaleiro Mac Laren, o almirante da reserva da Marinha José Luiz Rangel, os trabalhos de engenharia já estão em andamento, incluindo os projetos executivos e a compra de equipamentos e materiais.

— Esse programa representa muito mais do que a construção de quatro navios. Ele simboliza a retomada da indústria naval, com geração de empregos, transferência de tecnologia, fortalecimento da cadeia de fornecedores nacionais e recuperação da capacidade produtiva — afirma.

Projetadas por um escritório de engenharia da Noruega, as embarcações foram adaptadas às características da navegação brasileira. Além de operar na costa nacional, poderão acessar regiões como a foz do Rio Amazonas, atendendo às limitações dos portos do país. Cada navio terá capacidade para transportar cerca de dez mil toneladas de derivados de petróleo.

A expectativa é que a primeira embarcação seja entregue em maio de 2028. As demais deverão ser concluídas em intervalos de aproximadamente quatro meses, com previsão de encerramento do programa em 2029. Antes da entrega, todos os navios passarão por uma série de testes em Niterói para certificação de navegabilidade, velocidade, segurança e rastreabilidade, seguindo os padrões internacionais da indústria marítima.

Além do impacto econômico imediato, o projeto deve impulsionar a qualificação profissional. O estaleiro já iniciou parcerias com o Senai, a Escola Técnica da Marinha e empresas fornecedoras dos equipamentos que serão instalados nas embarcações. A proposta é formar profissionais aptos a operar tecnologias embarcadas cada vez mais sofisticadas, unindo a experiência de trabalhadores veteranos à capacitação de jovens técnicos.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 07/07/2026

SETOR ELÉTRICO DEVE LIDERAR OFERTAS DE AÇÕES NO SEGUNDO SEMESTRE

Além de Engie e ISA Energia, CPFL, Energisa, Eneva e Equatorial podem ir à Bolsa

Por Altamiro Silva Junior (Broadcast), Cynthia Decloedt (Broadcast) e Gabriel Baldocchi (Broadcast)



As empresas de energia elétrica sempre têm necessidade alta de capital Foto: Canindé Soares/Estadão - 11/05/2024

As empresas de energia elétrica já listadas na B3 devem liderar o mercado de ofertas subsequentes de ações - conhecidas como follow-on - neste segundo semestre, com perspectiva de captar bilhões de reais. A Engie está lançando uma operação, que deve fechar já na semana que vem, e pode chegar a R\$ 10,5 bilhões, enquanto a ISA Energia deve levantar

R\$ 650 milhões. Bancos de investimento acreditam que mais nomes acessem o mercado.

Entre os potenciais nomes do setor que podem ir a mercado pela frente, são citadas Energisa, CPFL, Eneva e Equatorial. Esta última gastou R\$ 5,6 bilhões para ficar com 30% da Copasa, a empresa de saneamento de Minas Gerais. O pagamento foi feito por meio de um financiamento bancário e a oferta de ações seria para pagar os bancos. A companhia já sinalizou que um follow-on está entre seus planos, mas sem se comprometer com datas.

Entre as razões que alimentam a expectativa pelas ofertas está o fato de que as empresas de energia elétrica sempre têm necessidade alta de capital, por causa dos investimentos intensivos do setor. Algumas companhias precisam ainda levantar recursos reduzir dívidas.

Atividade é vista com destaque no mercado

“O setor elétrico tem empresas boas na comparação com outros segmentos e é um setor para o qual o mercado está relativamente aberto a comprar ações”, ressalta o diretor de um banco de investimento.

Na Engie, a oferta deve ter a definição do preço de venda no próximo dia 14. A operação foi desenhada para financiar a aquisição dos 40% da holding francesa na hidrelétrica de Jirau. Além disso, a companhia pretende usar o dinheiro para bancar investimentos e fazer frente a compromissos financeiros. O lote base da oferta é de R\$ 5,7 bilhões. Dependendo da demanda, um lote adicional pode ser colocado, elevando o tamanho total da operação para R\$ 10,5 bilhões. A oferta é coordenada pelo Itaú BBA (líder), Santander, Bradesco BBI, BTG Pactual e Morgan Stanley.

Na oferta da Isa, o plano é fazer uma emissão de ações, ou seja, captar recursos para a própria companhia. A Axia Energia (antiga Eletrobras) tem uma fatia de 20,7% do total de ações da Isa e o mercado tinha a expectativa de que fosse ser vendida uma parte desses papéis, mas até agora a operação não prevê essa venda. Para tocar a oferta, a Isa contratou Bank of America, Bradesco BBI e Itaú BBA, além do BTG Pactual.

Operações já levantaram R\$ 13,8 bi em 2026

As ofertas subsequentes de ações já levantaram R\$ 13,8 bilhões este ano, até maio, de acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). O volume deu um salto em relação ao mesmo período de 2025, quando ficou em R\$ 3,5 bilhões, ajudado pela oferta que privatizou a Copasa.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 07/07/2026

PARTICIPAÇÃO DOS EUA NO COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL ATINGE MENOR NÍVEL HISTÓRICO

Segundo dados da Amcham Brasil, comércio entre os dois países registrou queda anual de 12,8% no primeiro semestre de 2026

Por Caroline Aragaki (Broadcast)

A participação dos Estados Unidos no comércio exterior brasileiro atingiu mínima histórica no primeiro semestre de 2026, segundo a Amcham Brasil, com base em dados compilados desde o primeiro semestre de 1997. No período, os EUA responderam por 9,4% das exportações brasileiras e por 11,1% na corrente de comércio (exportações e importações somadas) com o País.

A Câmara também destacou que os bens submetidos às sobretaxas do governo Donald Trump responderam pela maior parte da retração das exportações brasileiras no período. Enquanto as vendas de produtos sobretaxados caíram 16,6%, as exportações de bens sem sobretaxa recuaram 8,7%.



Mesmo com queda, EUA permanecem como o segundo principal parceiro comercial do Brasil em bens e maior destino das exportações industriais
Foto: Tiago Queiroz/Estadão

O desempenho contrasta com o crescimento das exportações brasileiras para o mundo (+11,5%) e para parceiros relevantes, como China (+21,9%) e União Europeia (+12,8%), no primeiro semestre de 2026.

Ainda assim, os EUA permanecem como o segundo principal parceiro comercial do Brasil em bens e maior destino das exportações industriais, pondera a Amcham. Em primeiro lugar está a China.

“O primeiro semestre confirma que o comércio bilateral atravessa um período de forte pressão e reforça a necessidade de um acordo que evite a aplicação de novas tarifas no âmbito da investigação da Seção 301. Caso sejam implementadas, as sobretaxas poderão comprometer ainda mais as trocas entre Brasil e Estados Unidos”, afirma Abrão Neto, presidente da Amcham Brasil.

O comércio entre Brasil e Estados Unidos somou US\$ 36,4 bilhões no primeiro semestre de 2026, queda de 12,8% em relação ao mesmo período do ano passado. As exportações brasileiras para o mercado norte-americano no período recuaram 13,0%, para US\$ 17,4 bilhões, enquanto as importações caíram 12,5%, totalizando US\$ 19,0 bilhões.

Entre os produtos sujeitos às tarifas adicionais, os itens enquadrados na tarifa de 10% registraram queda de 25,9%, enquanto os produtos abrangidos pela Seção 232 recuaram 6,7%. Os maiores impactos ocorreram em produtos como semiacabados de ferro e aço (-21,7%), caminhões (-46,7%), madeira (-40,5%) e cobre (-37,4%).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 07/07/2026

DÉFICIT COMERCIAL DOS EUA AUMENTA EM MAIO DEVIDO A IMPORTAÇÕES RECORDES

Forte demanda dos EUA por tecnologia relacionada à inteligência artificial, medicamentos estrangeiros e outros produtos ajudou a sustentar o comércio

Por Ana Swanson (The New York Times)

O déficit comercial dos Estados Unidos em bens e serviços aumentou para US\$ 77,6 bilhões em maio, já que o país importou mais bens do que vendeu no exterior. As exportações americanas de bens e serviços caíram 3,2% no mês, para US\$ 317,7 bilhões, de acordo com dados divulgados pelo Departamento de Comércio nesta terça-feira, 7.

As importações aumentaram 3,3% em relação ao mês anterior, atingindo US\$ 395,3 bilhões, à medida que os Estados Unidos importaram produtos eletrônicos para equipar novos centros de dados e outros produtos estrangeiros. Essa combinação aumentou o déficit comercial mensal, ou seja, a diferença entre o que os Estados Unidos importam e o que exportam.



Governo dos EUA vem trabalhando em uma nova rodada de tarifas Foto: Alain Jocard/AFP

O déficit comercial dos EUA em bens e serviços registrou um aumento de mais de 42% em relação ao mês anterior. O governo Trump tem buscado reduzir o déficit comercial por meio de uma ampla série de tarifas sobre produtos estrangeiros. Essas tarifas têm causado fortes oscilações nas importações, nas exportações e no déficit comercial desde que o presidente Donald Trump assumiu o cargo.

As importações de alguns produtos caíram, mas a forte demanda dos EUA por tecnologia relacionada à inteligência artificial, medicamentos estrangeiros e outros produtos ajudou a sustentar o comércio. A guerra no Irã também afetou o comércio, já que o fechamento do Estreito de Ormuz perturbou as cadeias de abastecimento de fertilizantes à base de petróleo, embalagens de produtos e hélio.

Em abril, o déficit comercial dos EUA diminuiu em relação ao mês anterior, já que o fechamento impulsionou as exportações americanas de petróleo e derivados a um novo recorde mensal. Atualmente, os importadores americanos estão se preparando para outra mudança significativa na política comercial.

O governo vem trabalhando em uma nova rodada de tarifas depois que a Suprema Corte, em fevereiro, anulou as tarifas de dois dígitos que Trump impôs globalmente no ano passado. Em fevereiro, o governo estabeleceu uma tarifa fixa de 10% para todos os parceiros comerciais como medida provisória, mas a validade dessa tarifa é limitada e deve expirar ainda este mês.

Para substituí-la, o governo Trump vem preparando duas importantes investigações comerciais com base em uma disposição conhecida como Seção 301, que muito provavelmente restabelecerá as alíquotas tarifárias aos níveis observados antes da decisão da Suprema Corte. Uma investigação diz respeito às restrições de outros países à importação de produtos fabricados com trabalho forçado, enquanto a outra analisa as táticas que os países utilizam para apoiar de forma desleal seus setores industriais.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 07/07/2026

SETOR ELÉTRICO DEVE LIDERAR OFERTAS DE AÇÕES NO SEGUNDO SEMESTRE

Além de Engie e ISA Energia, CPFL, Energisa, Eneva e Equatorial podem ir à Bolsa

Por Altamiro Silva Junior (Broadcast), Cynthia Decloedt (Broadcast) e Gabriel Baldocchi (Broadcast)

As empresas de energia elétrica já listadas na B3 devem liderar o mercado de ofertas subsequentes de ações - conhecidas como follow-on - neste segundo semestre, com perspectiva de captar bilhões de reais. A Engie está lançando uma operação, que deve fechar já na semana que vem, e pode

chegar a R\$ 10,5 bilhões, enquanto a ISA Energia deve levantar R\$ 650 milhões. Bancos de investimento acreditam que mais nomes acessem o mercado.



As empresas de energia elétrica sempre têm necessidade alta de capital Foto: Canindé Soares/Estadão - 11/05/2024

Entre os potenciais nomes do setor que podem ir a mercado pela frente, são citadas Energisa, CPFL, Eneva e Equatorial. Esta última gastou R\$ 5,6 bilhões para ficar com 30% da Copasa, a empresa de saneamento de Minas Gerais. O pagamento foi feito por meio de um financiamento bancário e a oferta de ações seria para pagar os bancos. A companhia já sinalizou

que um follow-on está entre seus planos, mas sem se comprometer com datas.

Entre as razões que alimentam a expectativa pelas ofertas está o fato de que as empresas de energia elétrica sempre têm necessidade alta de capital, por causa dos investimentos intensivos do setor. Algumas companhias precisam ainda levantar recursos reduzir dívidas.

Atividade é vista com destaque no mercado

“O setor elétrico tem empresas boas na comparação com outros segmentos e é um setor para o qual o mercado está relativamente aberto a comprar ações”, ressalta o diretor de um banco de investimento.

Na Engie, a oferta deve ter a definição do preço de venda no próximo dia 14. A operação foi desenhada para financiar a aquisição dos 40% da holding francesa na hidrelétrica de Jirau. Além disso, a companhia pretende usar o dinheiro para bancar investimentos e fazer frente a compromissos financeiros. O lote base da oferta é de R\$ 5,7 bilhões. Dependendo da demanda, um lote adicional pode ser colocado, elevando o tamanho total da operação para R\$ 10,5 bilhões. A oferta é coordenada pelo Itaú BBA (líder), Santander, Bradesco BBI, BTG Pactual e Morgan Stanley.

Na oferta da Isa, o plano é fazer uma emissão de ações, ou seja, captar recursos para a própria companhia. A Axia Energia (antiga Eletrobras) tem uma fatia de 20,7% do total de ações da Isa e o mercado tinha a expectativa de que fosse ser vendida uma parte desses papéis, mas até agora a operação não prevê essa venda. Para tocar a oferta, a Isa contratou Bank of America, Bradesco BBI e Itaú BBA, além do BTG Pactual.

Operações já levantaram R\$ 13,8 bi em 2026

As ofertas subsequente de ações já levantaram R\$ 13,8 bilhões este ano, até maio, de acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). O volume deu um salto em relação ao mesmo período de 2025, quando ficou em R\$ 3,5 bilhões, ajudado pela oferta que privatizou a Copasa.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 07/07/2026

PETROLEIRO É ATINGIDO POR PROJÉTIL NÃO IDENTIFICADO NO ESTREITO DE ORMUZ

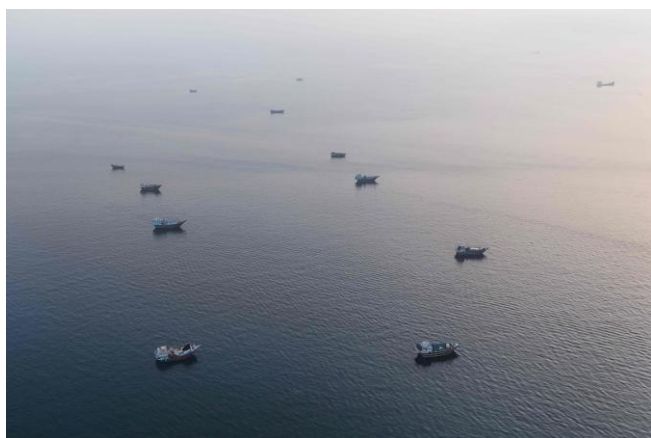
Incidente ocorreu dias após o Irã ameaçar reagir contra embarcações que desrespeitem as rotas definidas por Teerã na hidrovia

Por Redação

Um navio petroleiro foi atingido nesta segunda-feira, 6, por um projétil não identificado em frente à costa de Omã, na região do Estreito de Ormuz, afirmou a agência marítima britânica UKMTO.

“Um petroleiro informou ter sido atingido por um projétil desconhecido no lado de bombordo, o que provocou um incêndio, enquanto navegava em direção ao sul”, escreveu a UKMTO em um comunicado, acrescentando que o incidente não deixou feridos nem danos ao meio ambiente.

Na última semana, o comando militar conjunto do Irã advertiu que todos os petroleiros que atravessarem o Estreito de Ormuz deverão utilizar as rotas aprovadas por Teerã ou estarão sujeitos a uma “resposta imediata e enérgica”, aumentando novamente a tensão em torno da hidrovia, considerada estratégica para o abastecimento global de energia.



Barcos ancorados ao largo da Península de Musandam, no norte de Omã, perto do Estreito de Ormuz, em junho de 2026 Foto: AFP

O estreito, localizado na saída do Golfo Pérsico, tornou-se um dos principais pontos das negociações que buscam um acordo definitivo para encerrar a guerra na região. O comunicado do comando militar Khatam al-Anbiya, divulgado pela televisão estatal iraniana, foi publicado um dia após diplomatas dos Estados Unidos e do Irã se reunirem com mediadores no Catar.

Não está claro o que motivou a ameaça iraniana. No entanto, o Comando Central das Forças Armadas dos Estados Unidos (Centcom) divulgou um comunicado sobre uma reunião realizada no Bahrein com representantes de países do Oriente Médio, na qual os participantes reafirmaram o compromisso com a livre circulação do comércio pelo Estreito de Ormuz.

“Qualquer descumprimento, desvio da rota designada ou desrespeito aos protocolos de navegação da República Islâmica do Irã no Estreito de Ormuz será respondido de forma imediata e enérgica pelas Forças Armadas, colocando em risco a segurança das embarcações infratoras”, afirmou o comunicado iraniano.

A nota acrescenta que qualquer interferência das forças americanas no estreito “será recebida com uma reação rápida e decisiva”. / AFP

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 07/07/2026



VALOR ECONÔMICO (SP)

BALANÇA COMERCIAL DOS ESTADOS UNIDOS TEM DÉFICIT DE US\$ 77,6 BILHÕES EM MAIO

Exportações caíram 3,2% ante abril, para US\$ 317,7 bilhões, e as importações aumentaram 3,3%, para US\$ 395,3 bilhões, informou o Departamento do Comércio dos EUA

Por Valor — São Paulo

O déficit comercial de bens e serviços nos Estados Unidos em maio foi de US\$ 77,6 bilhões, maior do que os US\$ 54,6 bilhões do déficit revisado de abril, segundo dados do Departamento do Comércio do país.



Contêineres empilhados em navio, no porto de Savannah, na Georgia (EUA) — Foto: Stephen B. Morton/AP

O resultado foi levemente menor do que a estimativa média de um grupo de economistas de mercado, que apontava para um déficit de US\$ 78 bilhões.

As exportações em maio caíram 3,2% ante abril, para US\$ 317,7 bilhões. Já as importações aumentaram 3,3%, para US\$ 395,3 bilhões, na mesma base de comparação.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 07/07/2026

PETRÓLEO AMPLIA VALORIZAÇÃO E SOBE 2% EM MEIO A ATAQUES A EMBARCAÇÕES NO ESTREITO DE ORMUZ

Segundo a United Kingdom Maritime Trade Operations (UKMTO), da Marinha Britânica, um petroleiro foi atingido por um projétil de origem não identificada enquanto transitava pela passagem marítima **Por Valor e Com Dow Jones Newswires — São Paulo**



Petróleo amplia valorização e sobe 2% em meio a ataques a embarcações no Estreito de Ormuz — Foto: Alimurat Üral/Pexels

Os preços do petróleo ampliaram a valorização vista mais cedo, em meio a novos relatos de novos ataques a embarcações no Estreito de Ormuz, ameaçando a retomada do fluxo de exportações na região. Segundo a United Kingdom Maritime Trade Operations (UKMTO), da Marinha Britânica, um petroleiro foi atingido por um projétil de origem não identificada enquanto transitava pela passagem marítima há pouco. Mais cedo, os contratos futuros já apresentavam alta, com investidores reagindo a ofensivas iranianas a navios comerciais na noite de ontem.

Por volta das 11h15 (de Brasília), o contrato futuro do petróleo tipo Brent (referência mundial) com vencimento em setembro apresentava alta de 2,40%, cotado a US\$ 73,72 por barril, na Intercontinental Exchange (ICE). O WTI (referência americana) com entrega prevista para agosto subia 2,19%, a US\$ 70,05 por barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex).

A UKMTO informou que o navio teria sofrido danos estruturais, mas não houve vítimas. Os incidente ocorre na sequência de ataques iranianos a embarcações comerciais no Estreito de Ormuz mais cedo, ampliando as tensões geopolíticas na região e atrapalhando o fluxo de exportações de petróleo.

De acordo com o site de notícias Axios, a Guarda Revolucionária Islâmica disparou ao menos dois mísseis contra navios comerciais que navegavam pelo Estreito de Ormuz na noite desta segunda-feira. O Catar responsabilizou o Irã e o seu porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Majed Al Ansari, classificou o incidente como um ataque inaceitável contra a segurança da navegação internacional. Até o momento, não houve manifestação oficial do governo iraniano nem reivindicação de autoria.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 07/07/2026

NAVIOS DO CATAR E DA ARÁBIA SAUDITA SOFREM DANOS APÓS SEREM ATINGIDOS PERTO DE ORMUZ

Embarcações teriam sido atacadas pela Guarda Revolucionária do Irã, em um novo teste para o acordo provisório entre Washington e Teerã

Por Maha El Dahan, Marwa Rashad, Jonathan Saul e Andrew Mills, Em Reuters

Dois petroleiros foram atingidos no Estreito de Ormuz nesta terça-feira, incluindo um carregado com gás natural liquefeito sob risco de explosão, no momento em que multidões prestam, na cidade sagrada de Qom, últimas homenagens ao líder supremo do Irã, Ali Khamenei, morto nos ataques de EUA e Israel ao país, em 28 de fevereiro.

O Catar responsabilizou o Irã pelo ataque ao petroleiro carregado com gás natural liquefeito, o Al Rekayyat, que reportou ter sido atingido à noite por um drone que causou incêndio na casa de máquinas.

A tripulação não se feriu e está sendo retirada do navio, mas autoridades de segurança marítima ouvidas pela Reuters disseram que o incêndio a bordo envolve risco de explosão do cargueiro.

Um navio de bandeira saudita, que se crê ser o superpetroleiro Wedyan, também sofreu avarias na costa de Oman, disseram fontes da segurança marítima. As causas do estrago não estão ainda claras.

Em mensagem de rádio gravada, ouvida pela Reuters, o comandante do cargueiro do Catar emitiu alerta de "Mayday", dizendo que a embarcação havia sido atingida por drone. "Status: incêndio na casa de máquinas, cheia de fumaça. Sem condições de avaliar a extensão dos danos."

Porta-voz do Ministério de Relações Exteriores do Catar, Majed Al Ansari disse que o incidente é um ataque inaceitável à segurança da navegação internacional e ao fornecimento global de energia, além de uma clara violação do direito internacional.

Ele instou o Irã a suspender imediatamente ações que ameaçam a região e a navegação marítima. E disse também que recai sobre Teerã a total responsabilidade pelo ataque, bem como sobre os danos e as consequências resultantes.



Navio parado no Estreito de Ormuz — Foto: Amirhosein Khorgooi/ISNA/via WANA

Não houve comentários imediatos do Irã, nem o governo em Teerã assumiu responsabilidade pelos ataques. Uma autoridade dos EUA, sob condição de anonimato, disse que os sinais iniciais são de que o Irã tenha disparado contra duas embarcações comerciais.

Em outro incidente nesta terça-feira, um navio petroleiro foi atingido por um drone enquanto passava pelo estreito, causando poucos danos, o que permitiu que a embarcação chegasse ao porto seguinte, reportou a UKMTO, agência britânica que monitora o tráfego mercante em áreas de risco.

Os incidentes foram os primeiros no estreito desde que começaram as cerimônias fúnebres de Ali Khamenei, na semana passada. E deixam em evidência a insegurança da navegação na região mais de quatro meses após o começo da guerra, iniciada por EUA e Israel com a alegação de que interromperiam as ameaças do Irã a vizinhos.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 07/07/2026

VAST INFRAESTRUTURA E PETROBRAS FIRMAM NOVO CONTRATO NO PORTO DO AÇU

Terminal realizou 229 operações de transbordo em 2025, respondendo por 48% das exportações brasileiras de óleo cru a partir de terminais, segundo dados da Antaq

Por Fábio Couto, Valor — Rio



Porto do Açu — Foto: DIVULGAÇÃO

A Vast Infraestrutura e a Petrobras firmaram novo contrato de longo prazo para operações de transbordo de petróleo no Porto do Açu (RJ). As operações ocorrerão no terminal de petróleo da Vast (T-Oil). O acordo é o primeiro firmado entre as duas empresas na modalidade “take or pay”, que estabelece compromissos mínimos para utilização da infraestrutura.

Esse modelo, afirmou a Vast, assegura maior previsibilidade operacional e garantia de capacidade para as duas empresas. Vast e Petrobras têm parceria no transbordo desde 2019.

“A modalidade ‘take-or-pay’ irá garantir mais eficiência para as operações de exportação da Petrobras”, disse Victor Snabaitis Bomfim, presidente da Vast, em nota.

O terminal realizou 229 operações de transbordo em 2025, respondendo por 48% das exportações brasileiras de óleo cru realizadas a partir de terminais, segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), afirmou a Vast.

O T-Oil tem licença para movimentar até 1,8 milhão de barris de petróleo por dia, contando com três berços de atracação.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 07/07/2026



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 07/07/2026